

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Para um Serviço Nacional de Informação Educativa

(Notícia desenvolvida e comentada das palestras do Prof. Dr. Carlos Victor Penna, na Biblioteca Nacional de Lisboa, de 25 a 28 de Janeiro de 1972).

Com o patrocínio do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, realizou-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, de 25 a 28 de Janeiro, um ciclo de conferências sobre a «Informação Educativa», e cujo palestrante foi o Prof. Dr. Carlos Victor Penna, técnico argentino que desempenhou funções de director da Divisão para o desenvolvimento da documentação das bibliotecas e dos arquivos, na Unesco.

Desde o início o conferente acentuou a importância e a actualidade do tema, ilustrando repetidas vezes as suas afirmações com a recente comunicação ao País feita pelo Sr. Ministro da Educação (1). E a propósito, como ponto de partida para todo o desenvolvimento subsequente, deixou expresso um «marco de reflexão», segundo o qual uma Reforma do Ensino requer um quadro de serviços de Informação Educativa (I. E.), ou seja, a passagem de uma educação quantitativa para uma educação qualitativa deve ser considerada em termos de educação permanente, e esta é função de todo um planeamento da I. E..

Depois de se esboçar a evolução terminológica, foram delimitados os âmbitos e níveis, e definidos os usuários, salientando-se que o objectivo de um *Serviço Nacional de Informação Educativa* (S. N. I. E.) será ministrar a «todos os que participam no processo da educação», meios de acesso à informação «oportunos, ágeis e eficazes». As instituições e pessoas interessadas, desde o quadro ministerial ao distante professor de província e seus alunos, desde a escola primária à universidade e aos seus centros de investigação, todos deverão fruir, por igual, do apoio de um serviço adequado à promoção educativa. Por conseguinte, tratar-se-á de um organismo destinado não apenas a servir a estratégia de um Ministério da Educação, embora nele enquadrado, mas sim a beneficiar todos os participantes do sistema educacional. E mais, esta Educação, que se pretende *servir*, deverá ser entendida como corpo interdisciplinar de conhecimento, congregando ensinamentos da ciência pedagógica propriamente dita, com outros ramos do saber como a Economia, a Sociologia, a Psicologia, etc. (2)

Pela sua complexidade e profundidade se vê que o problema não fica solucionado com um decreto. A criação de um S. I. eficiente demorará tempo. Exigirá a criação e o controle de uma rede informativa à escala nacional e a todos os níveis, mobilizará consideráveis recursos humanos, técnicos, e financeiros, e antes de tudo, *só será possível através de uma evolução de menta-*

(1) O Ministro Veiga Simão fez no passado mês de Janeiro, como é do conhecimento de todos, duas comunicações ao país, com o intervalo de treze dias. A última foi precisamente no dia 25, sobre: «Caminhos novos da reforma. Medidas imediatas. Um pedido à Nação».

(2) MARQUEZ, Angel Diego — *La enseñanza interdisciplinaria en la formación de administradores de la educación*. Panama, ICASE, 1971.

lidade, de uma abertura e uma confiança nas técnicas modernas de comunicação científica e técnica. A iniciação deve começar pela própria escola primária, onde a criança aprenda a informar-se, de uma maneira rudimentar. Este método deverá ser continuado no Liceu e na Universidade, pretendendo-se, assim, a criação de hábitos de uma educação permanente. É por isso que, para um diagnóstico da situação actual, uma coisa são os dados estatísticos (escolaridade obrigatória, frequência, diplomas concedidos), e outra é a capacidade da população para ler, ou seja, para usar a leitura de uma maneira eficaz e completa. Como na América Latina (1), a técnica de aprendizagem no nosso país não se tem destinado a criar hábitos e níveis de leitura. Enferma de um ensino tradicionalista em que o mestre se afirma, em regra, como o detentor da verdade, e onde os meios de opção e informação pessoais estão vedados ou dificultados. Por outro lado, nota-se uma discriminação das grandes cidades contra as pequenas e contra a zona rural. Nestas zonas mais desprotegidas, assiste-se, inclusive, a um processo de regressão ao analfabetismo, depois de atingida a graduação mínima obrigatória por lei. Quanto à conduta informativa dos universitários é também manifesta a fraquíssima percentagem dos que são capazes de utilizar, com proveito, as fontes de referência (2). Impõe-se por isso a necessidade de criar uma *capacidade de leitura*, e por outro lado um *sentimento de educação permanente*, servido por um domínio no *manejo da informação*.

Organização à escala supra-nacional — um S. N. I. E. deve apoiar e ser beneficiado por organizações de carácter regional e mundial, para uma maior comunicação entre as nações e um concomitante progresso nos domínios cultural, científico e tecnológico. Uma tentativa de âmbito regional está a ser feita pelo Conselho da Europa, com a criação da União das Indústrias da Comunidade Europeia (UNICE) (3). A necessidade de uma cooperação internacional faz-se sentir mesmo para os países mais evoluídos, como factor número um do desenvolvimento económico e social. A Informação chega a tomar, hoje em dia, um carácter marcadamente político, avaliando-se a riqueza de um país pela própria capacidade em manipular os instrumentos de I. C. T.. Infelizmente isto acarreta consigo factos alienatórios como o segredo de Estado e a espionagem científica. Mas, por outro lado, tem havido mostras de uma vontade crescente de diálogo e da criação de meios de cooperação. São exemplo disso a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Oficina Internacional de Educação (OIE), e muito particularmente a tentativa da criação de um Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST), organismo patrocinado pela UNESCO e pelo CIUS (4), e que pretende converter-se num organismo centralizador e fomentador da transferência de informação (5).

(1) Cfr. o estudo dirigido pela Dr.ª Luz Vieira Mendes, que serviu de instrumento de trabalho do Seminário de Planeamento dos Serviços Nacionais de Bibliotecas Escolares, 1962.

(2) CIRIGLIANO, Gustavo F. J. — *La conducta informativa em universitarios argentinos*, Bs. As. CIB, 1971.

(3) Na América Latina há quatro intentos, dois dos quais ainda em vias de concretização:

a) O Centro Regional de Informação Educativa, patrocinado pela Unesco, com sede em Cuba, e cujas atribuições vieram a passar-se, por razões políticas, para a Oficina de Santiago do Chile. b) A Organização dos Estados Centro Americanos. c) A proposta do Seminário do Panamá (1971) para a criação de um Serviço Nacional de Bibliotecas e Informação Educativa, no próprio Panamá, mas que servirá também de apoio aos demais países da região, de acordo com um programa de auxílio da Unesco. d) O esforço que levam a cabo os países andinos, depois do Convénio Andrés Bello, reunido em Caracas, em 1971.

(4) Conselho Internacional das Uniões Científicas.

(5) Cfr. UNESCO, Paris. *Unisist. Sinopsis del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de Información Científica*. Unesco, 1971; PEIXOTO, Jorge — *Sistema Mundial de Informação Científica*. O Unisist — e a sua reunião de Paris, Outubro de 1971, in «Cadernos de Bibl. Arq. Doc.», Coimbra, 8(3) Jul. 1971, p. 113-120.

O conferencista salientou mais que uma vez a necessidade de contactos e a integração de cada país nos organismos internacionais fomentadores da acção educativa.

Todas as tentativas de cooperação regional e mundial são difíceis de concretizar pela sua complexidade e magnitude, posto que o problema já se apresenta dificultado mesmo a nível nacional. É por esta razão que do Seminário do Panamá (1) saiu a proposta de um restringimento inicial, confinado a publicação exaustiva e regular da bibliografia luso-espanhola no domínio da educação.

A organização de um Serviço Nacional de Informação Educativa — um S. N. I. E., pelas suas características, deverá estar enquadrado no Ministério da Educação, e o seu objectivo será assegurar uma informação adequada à acção educativa. Não é portanto uma Biblioteca ou Centro de Documentação Pedagógica, mas sim uma estrutura destinada a *planificar os serviços de leitura* (bibliotecas) e *de consulta* (meios de informação). Note-se porém que, no que respeita a esta planificação, não lhe compete pròpriamente a administração do serviço de bibliotecas, mas sim um papel catalizador. A sua acção deverá ser orientada numa visão dicotómica e complementar, dos quadros de acesso à leitura e documentação: por um lado, as bibliotecas escolares (desde as infantis às universitárias), as bibliotecas especializadas (de institutos, empresas, etc.), e centros de documentação; por outro lado, as bibliotecas culturais e públicas. Ambos os sistemas devem trabalhar coordenadamente, sem deixar de ter em conta as características específicas. Por conseguinte, ao SNIE não compete monopolizar os dados documentais, mas coordenar a sua distribuição e fornecer meios «oportunos, ágeis e eficazes» de acesso. Esta coordenação trará *grande economia*, se atendermos ao que de comum pode ser realizado sob a sua égide: planeamento de instituições e fundos a adquirir, inventariação, formação de pessoal, normalização, publicidade, relações com o governo, etc.

Assim, ao ser criado um serviço nacional deverão encarar-se um certo número de *pressupostos*:

- a informação é excessivamente cara, tanto adquiri-la como administrá-la.
- os custos devem ser utilizados racionalmente, para um máximo de produtividade.
- a informação não pode dividir-se em compartimentos estanques; tem de ter em conta o aspecto total do conhecimento humano.
- o que existe como matéria de informação é um património nacional e não é privilégio de uma biblioteca, de um seminário, de uma cátedra, etc.
- a velocidade com que a informação tende a tornar-se obsoleta pode constituir um prejuízo enorme para a investigação, se a referência tardar em chegar à mão dos interessados.

Instituído na dependência do Ministério da Educação, como se disse, inspirar-se-á na política global de desenvolvimento do país. *Supõe, portanto, uma política de bibliotecas e informação educativa, que assente numa política nacional de educação e numa política nacional de informação científico-técnica.* É indispensável que haja uma predisposição político-financeira do Governo.

Uma criação deste tipo «tem necessariamente de fazer parte integrante de um plano moderno de educação» e exige um orçamento próprio. O planeamento não é um fim em si mesmo, mas um meio... O seu objectivo é utilizar racionalmente os recursos do país, através da eleição de certos expedientes. Ele não soluciona um problema, mas indica metas. Tem, portanto, um horizonte móvel e adaptável às conjunturas particulares de um país em dado momento.

(1) No Panamá reuniu-se um Seminário de Informação e Documentação Pedagógica, de 8 a 13 de Novembro de 1971, e do qual saiu um importante texto sobre a definição dos conceitos em que assenta a criação de um S. N. I. E. Ver bibliografia final.

No conjunto, poderemos distinguir um *macroplaneamento*, aquele que corresponde directamente à estrutura do sistema, e um *microplaneamento*, todo o que se destina à organização interna das unidades que compõem o serviço. Muito naturalmente, é impossível referir aqui a orgânica destas unidades, dada a sua especificidade, mas podem-se, pelo menos, apontar as *bases de um macroplaneamento*:

- Urge, em primeiro lugar, uma análise da situação, ou seja, um balanço quantitativo e qualitativo, e uma visão prospectiva: estatística e legislação; instituições, pessoal e condições materiais existentes, técnicas de trabalho que se têm aplicado, informação já disponível, tipo e número de usuários servidos, previsões do índice de carências, etc (1).
- Depois de conhecidas as realidades do país, cabe então determinar concretamente as necessidades, em vista dos objectivos pretendidos, e quantificá-las em pessoas, material e dinheiro. Nesta avaliação não deve estar-se, a priori, preocupado com os custos. É uma avaliação meramente «metódica»: qual a população de usuários, quanto custarão a sua formação, a preparação do pessoal técnico, os edifícios a construir, etc. O problema da formação de pessoal especializado é um dos mais sérios e pode ser encarado sob dois aspectos: número suficiente e valor da sua formação, aos vários níveis.
- Um ponto não menos importante é o do estudo das técnicas que se aplicam nas bibliotecas e centros de documentação, para um trabalho tanto quanto possível normalizado.
- Por último, exige-se uma opção pelas necessidades imediatas e a elaboração de um plano a curto, médio, e largo alcance.

Aqui, claro está, surgem os problemas mais sérios, pois trata-se já de optar e de entrar no campo das decisões. Estas, por mais variadas que possam ser, terão, como fim essencial, a concretização do espírito que orienta a criação do S. N., ou seja, a cooperação eficaz na empresa educativa da nação, mediante uma abertura para as fontes de referência. Um S. N. I. E. é, em conclusão, um «serviço complementar, mas permanente» no processo de fomento de um país.

Entre as várias *funções* que integra, podemos considerar as mais importantes.

1 — Coordenar a acção de I. E. que se leva a cabo no momento, nas distintas bibliotecas e centros de documentação, estabelecendo *normas de trabalho*. Não há um monopólio dos recursos bibliográficos e documentais, mas sim a sua racionalização. A autonomia de cada instituição fica preservada, pois ele tem só uma função estimulante e planificadora.

2 — Dispor de elementos para um *catálogo centralizado* dos recursos bibliográficos do país em matéria de educação. O seu papel é informar sobre o que há e onde há. Será extremamente útil a publicação regular da *bibliografia educativa corrente* e a criação de um núcleo, mais completo possível, de *obras de referência*. Competir-lhe-á ainda ajudar as instituições a actualizar racionalmente os seus fundos.

3 — Divulgar as *técnicas modernas da Informação*, desde os tratamentos tradicionais aos mais sofisticados processos cibernéticos.

4 — Promover uma informação tanto quanto possível rica, na base de *uma concepção interdisciplinar* do conhecimento humano.

5 — Dispor de meios eficazes de molde a fazer face à velocidade assombrosa com que a documentação *propende a tornar-se obsoleta*.

(1) Para as estatísticas relativas às bibliotecas, cfr. o projecto de recomendação da Unesco respeitante à normalização internacional e publicado em «Cadernos Bibl. Arq. Doc.», Coimbra, 7 (3-4) Jul./Out. 1970, p. 204-210.

6 — Atender à velocidade acelerada com que a I. C. T. *passa ao domínio tecnológico*, com todas as repercussões que isso traz no campo político. Quanto melhor estruturado estiver o acesso à informação, mais um país economiza esforços para o seu progresso cultural, científico e económico.

7 — Estabelecer sistemas de trabalho que facilitem a *transferência da informação no plano nacional e internacional*. É a única forma de o país evoluir no campo pedagógico e tecnológico.

Podemos ainda acrescentar duas funções de ordem específica:

8 — Ministar um serviço de informação *pré-dirigido aos especialistas de educação*, isto é, aos investigadores no domínio pedagógico. Esse serviço não constará só da apresentação dos documentos primários, mas também de documentos secundários, como comentários, resumos, etc.

9 — *Oferecer aos estabelecimentos escolares* as informações para estes poderem promover hábitos de leitura, o suporte de uma educação permanente. Por outro lado, convir-lhe-á promover um *reajustamento entre a biblioteca escolar e a biblioteca pública*.

Para um *quadro ideal* de um S. N. I. E., a sua estrutura devia encaixar-se, como vimos, dentro do Ministério da Educação. Mas não deve introduzir-se em qualquer Direcção Geral, pois destina-se a servir todos os ramos: aos diversos graus escolares, às diversas disciplinas, aos professores, aos alunos, aos investigadores, etc. Devia *dependar directamente do Ministro da Educação*. Contaria com um *Conselho Consultivo*, dado que afecta todos os sectores do Ministério. Este conselho acessório seria composto pelos Directores Gerais. Além da secção administrativa, compor-se-ia de uma *secção técnica*, e deveria estar *relacionado com um Serviço Nacional de Informação Científica e Técnica* (S. N. I. C. T.). Constituído por *bibliotecários especialistas em educação*, manteria contactos estreitos com investigadores noutros ramos das ciências humanas, na sociologia, na psicologia, etc.

Sintetizando o que atrás se referiu, podemos enumerar os objectivos da secção técnica, pela seguinte maneira:

- Estabelecer estatísticas e demais elementos para o exercício de um planeamento: estratégia, orçamento, etc.
- Realizar estudos sobre a técnica de tratamento da informação.
- Zelar pela formação profissional, tanto de professores, como de bibliotecários.
- Promover a criação de catálogos colectivos sobre vários ramos do conhecimento.
- Constituir a forma centralizada e supervisora da aquisição de fundos e da sua catalogação, para evitar duplicações às vezes desnecessárias e para criar standards mínimos, sem os quais não é possível um S. N.
- Reunir um Serviço de Informação Educativa para o especialista pedagógico e um Serviço de Bibliotecas Escolares, rede ao nível da primária, do liceu e da universidade, cujos métodos são distintos. E coordená-la com a Biblioteca Pública, que pode constituir um excelente complemento.

Do ponto de vista *estratégico*, a acção de um S. N. I. E. deve começar por experiências-piloto em campos prioritários (por ex., a educação primária em zonas-chave do país), para adquirir experiência, conhecer a reacção do magistério e avaliar as necessidades a suprir. Só depois, progressivamente, e de acordo com as disponibilidades, é que se irá estendendo a rede a todo o país.

Em conclusão, sendo efectivamente um órgão de apoio, seria naturalmente errada a estruturação de um Serviço com estas características, sem que antes se tenha definido um plano educacional. É por essa razão, numa altura em que o Ministério está empenhado numa Reforma do Ensino, que teve imensa actualidade a presença entre nós do Professor Penna. Das suas

palavras podemos também avaliar a importância das bibliotecas no contexto da Reforma, e o papel privilegiado que compete ao bibliotecário na formação de professores e alunos. Infelizmente a profissão tem vivido enredada em atavismos e preconceitos, que a manietam tanto do interior como do exterior. Já alguma coisa se conseguiu, mas é primordial que a classe não fique extasiada ou tranquila por uma vitória que quase se limitou a uma melhoria da sua situação económica e social. Não há dúvida que foi um passo vital, mas ao qual convém dar continuidade e justificação. A situação ainda permanece crítica pois não é ousado afirmar que a conquista não foi da classe, mas de um grupo mais dinâmico dentro dela, e por outro lado, a desconfiança e os preconceitos vindos do público utilizador atingem as próprias autoridades. Enquanto os bibliotecários não se unirem e não fizerem um esforço sério de recuperação⁽¹⁾, enquanto não forem actualizados e remunerados os cursos de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, enquanto não existir um corpo docente satisfatório em número e preparação, enquanto não houver uma instrução adequada para o pessoal médio das bibliotecas e enquanto permanecerem baixíssimos os ordenados da maior parte dos funcionários, com horários que se podem estender até às oito horas de serviço (e alguns até às onze horas, com as extraordinárias, embora só ganhem um terço do ordenado pelas mesmas — o que equivale ao pagamento de cerca de duas horas!), muito pouco se poderá esperar, e o grande prejudicado será o próprio país, que continua sem produtividade eficaz num dos mais elementares factores de progresso. A promoção social e técnica, tanto do pessoal docente como daquele que detém os pontos-chave da informação, é o primeiro estádio por que se tem de passar para uma revolução do ensino. Este, posto que também uma questão de dinheiro, é mais ainda um problema de atitude. Ora a deontologia profissional não é algo que se possa esperar ver generalizado sem contrapeso. São indispensáveis uma serenidade moral, e uma sólida preparação teórica e prática, para que qualquer indivíduo se possa dedicar com entusiasmo e eficiência à sua profissão.

Por último, cabe mais um apontamento sobre o sentimento de responsabilidade que deve pautar toda a acção do bibliotecário. Ele, sendo o responsável por um *serviço* de leitura, tem como papel fundamental servir o leitor. É precisamente esta realidade que o torna também *um educador*. A sua função mais específica é ensinar os métodos de trabalho intelectual, é formar e mentalizar os intervenientes no processo da educação. Os trabalhos rotineiros não são para ele, mas para os catalogadores e demais corpo técnico. Ao bibliotecário compete-lhe fornecer, coordenar e rever esses trabalhos. Porém, este papel dinamizador deve ser completado com o contacto directo com o público, atendendo-o, criando centros de interesse, melhorando os catálogos, elaborando bibliografias, etc. Na actual conjuntura, em que ainda há pouco pessoal e, sobretudo, em que existe muito trabalho em atraso, impõe-se-lhe colaborar nessas tarefas rotineiras, mas é bom que, lentamente, se vá libertando dos serviços que não lhe competem directamente e que se prepare, pelo estudo, para vir a ocupar o lugar que lhe está reservado de mentor-promotor pedagógico e social.

De tudo o que foi dito nas conferências pelo Professor Penna resta-nos anotar cinco conclusões que parecem estar na base da criação de um S. N. I. E.

1 — O planeamento de um Serviço de Informação é em última análise um problema político, pois não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de progresso.

2 — A informação é necessária para uma educação permanente.

(1) A propósito, foi invocada pelo Professor Victor Penna a necessidade de os bibliotecários se associarem, com vista a estruturar a sua reabilitação profissional.

3 — Para a instituição de um S. N. I. E. não basta um decreto: é preciso um planeamento e a formação de técnicos, e implica uma mudança de atitude.

4 — Um serviço de Informação não é um centro monopolizador de documentação, mas um serviço coordenador, que deve ser integrado no plano global de educação e de fomento do país.

5 — Os bibliotecários, como técnicos de informação, devem unir-se e lutar para a sua promoção social e profissional. (MANUEL LUÍS REAL).

O meu testemunho sobre um Seminário intitulado «Técnicas de Trabalho em Grupo e Condução de Reuniões» com o monitor Dr. Alberto Correia Vicente

A sensação liminar e fundamental com que se fica do Seminário em referência é a de que a Humanidade está a ser sujeita a uma *mudança* acelerada na sua forma de viver. Essa mudança é feita pelas próprias pessoas, quer pelas que evoluem, quer pelas que permanecem. Só que a maior parte da gente não se dá conta de que está implicada nessa *evolução*.

Este Seminário foi um dar-me conta do que se está a passar à minha volta. A importância da descoberta leva-me a sentir que devo comunicar aos participantes no meu grupo de trabalho, à minha família, às pessoas ligadas por laços de especialização profissional, a todas as pessoas que vivem ao mesmo tempo que eu, o que foi, o que é, essa experiência: a explicação psicológica das nossas vivências de todos os dias.

Será a forma de *compensar o tempo que perdi* até agora, inconscientemente, esperando que os que destas linhas apreenderem o sentido *ganhem algum do tempo* que ainda têm para viver. Assim eu consiga «passar-lhes a ideia»...

A noção de que o que mais se desenvolve é o conhecimento humano já eu ganhara. E isto ao mesmo tempo em que tribos de centenas de *pessoas* vivem na Terra como na idade da pedra... Não me apercebera ainda de que se avançara tanto no domínio do estudo do *comportamento psicológico* do ser humano.

E, desde logo, outra noção dramática e aliciante: o que se sabe hoje, em comparação com o que se sabia há cem anos, está numa relação de quantidade como «uma catedral está para um mosquito». E esta catedral será mosquito em comparação com o que se saberá, nesta matéria, dentro de 20 anos!

É preciso tomar uma posição, aqui e agora. *Que vamos fazer?*

Entrar no turbilhão, implicarmo-nos? Ou permanecer agarrados à rocha, sem responsabilidades, nem vistas largas?

Em que medida pensar com, ou até contra os outros, tem relevância? Que papel desempenha cada um de nós na história dos nossos dias?

O homem é um *animal social*: a comunicação com os outros homens (por acções ou omissões) é natural. Se todos procurarmos que essa comunicação seja *positiva, significativa, operacional*, alcançar-se-á a optimização da nossa passagem pela vida. «Todo o conhecimento humano pode ser utilizado a favor ou contra a pessoa humana. Toda a pessoa humana tem uma parte de *responsabilidade* proporcional à sua *capacidade* na elaboração dos *fins* e nas *linhas de conduta* dos grupos sociais aos quais pertence» (Dewey).

É altura de recomendar a leitura e meditação do livro de Carl Rogers «TORNAR-SE PESSOA». Dá-nos resposta ao «como».

Simplesmente pode conduzir-me a terminar aqui o meu testemunho. A concepção de estar aqui a impingir coisas a quem me lê equivale, no fundo, a tentar ensinar qualquer assunto. E isso «leva a resultados sem significado ou até perniciosos». Só pela experiência diária de *viver em grupo*: na família, no emprego, no ensino, em reuniões ocasionais, poderei aprender e ensinar alguma coisa de válido.

A mentalidade nova de comunicar, de se abrir cada um para com o próximo, de dialogar, enfim, tem a máxima importância no desenvolvimento das técnicas documentais: cada detentor de informação ultrapassa o estadió egoísta de a aferrolhar só para si e cria o sentimento altruísta de conceder a todos os interessados a vantagem de serem informados.

Outra repercussão de abertura dos espíritos para a informação é a possibilidade de se fazer uma formação intelectual multilateral.

Até aqui, e por influência do sistema autoritário de ensino que vinha vigorando, o abastecimento documental dos estudantes era feito estritamente dentro dos limites do programa. O conhecimento da existência de outras fontes de informação técnico-didáctica, se fosse conhecido, era desprezado. Começa agora a adoptar-se o princípio de não se esquecer e desperdiçar os conhecimentos experimentados, só porque escritos em língua estranha à nossa, ou encetados para fins filosófico-sociais distintos dos que prosseguimos, ou muito avançados em face do nível artesanal das nossas necessidades técnicas. Só que, atendendo à explosão documental presente, tem de haver um critério científico na escolha, triagem e difusão das melhores fontes documentais. É aí que intervêm os conhecimentos especializados do documentalista ou bibliotecário-informador. Só eles poderão emergir do oceano de informações que, hoje em dia, inunda as secretárias e estiradores dos nossos técnicos e docentes. Só eles possuem o tempo e o «know-how» de puxar pelo fio que, aqui e agora, interessa àquele específico interessado.

Durante o Seminário revelou-se permanentemente um *estado de insegurança* dos participantes, fruto do sistema pedagógico em que todos até agora temos vivido e aprendido.

Esperavam-se lições magistrais sobre os temas do programa. O monitor seguiu antes o processo de nos fazer sentir as situações por nós próprios, mesmo os silêncios mais compungentes, para só depois procurar cientificar psicológicamente o que se tinha passado.

Essa experiência pessoal é praticamente impossível de transmitir. Eu mesmo, ao reler os apontamentos que tirei na altura, não sinto já o que se passou realmente.

Deviam ser os participantes a fixar o objectivo do seminário. Nunca conseguimos defini-lo. Quando muito, criaram-se pequenos objectivos temporários, dificilmente aceites pelo grupo.

Resta-me, portanto, à maneira tradicional, e para que não me sinta frustrado perante o consenso das pessoas a quem tento comunicar a minha experiência, enumerar as citações, esquemas e afirmações mais importantes. Só que são uma ínfima síntese do que há escrito e experimentado nesta matéria: a tal catedral...

De Huxley: «A condição necessária e suficiente para a *educação permanente de todos* é a articulação da nossa vida social em pequenos grupos interdependentes, na gestão dos quais *todos participam*. Os sistemas de poder centralizado não permitem o desenvolvimento dos homens».

A constituição de grupos de trabalho para uma dada tarefa deve ser, tanto quanto possível, heterogénea, dentro de certos limites de formação e nível intelectual. Pessoas «iguais» não produzem nada.

Num conceito dinâmico de organização não interessa ter só bons executores nela integrados, ou seja «gente conforme às normas». A organização valerá, sim, pela sua massa cinzenta. E esta encontra-se entre pessoas progressivas, sem distinção de graus académicos.

Não basta a um grupo definir o que fazer. Deve criar-se a situação de o grupo se aperceber disso, descomprimindo-se, desinibindo-se do passado. Cada um dos componentes do grupo tem consigo duas variáveis: a) a estrutura de cada um (psicofísica, ditada pela hereditariedade); b) a influência consciente ou inconsciente de tudo o que se passou até este momento.

No fim do Seminário cada um era diferente do que era antes de o frequentar.

GRUPO: Pessoa moral — com uma finalidade, uma existência e um dinamismo próprios — distinta da soma dos indivíduos que a constituem — mas estritamente dependente das relações que se estabeleceram entre os indivíduos.

O que cada um de nós procura nas suas relações é *desempenhar um papel* que corresponda o mais possível à ideia que cada um faz de si próprio, correndo o menos possível o risco de ter de mudar de situação. Daí o estado de um grupo com um objectivo não progredir porque ninguém se quer implicar no seu desenvolvimento, abdicando da sua paz e sossego. A posição dominante no seminário, pelo menos nos primeiros dias, era a de alijar no monitor a responsabilidade de falar, de se comprometer, de se abrir aos outros. Ele era o chefe, o mestre, o professor, o pai...

Um bom animador de grupo é aquele que consegue criar um ambiente de ligações afectivas que torne o grupo coeso, independentemente da forma como nasceu. Os sociogramas são a representação gráfica do estado afectivo dos grupos. O autor mais destacado neste campo é o americano Moreno.

Uma posição de pseudo-eficácia é a de procurar modificar uma organização só porque não corresponde ao modelo pensado pelo organizador. Não se deve criar a ideia de copiar sistematicamente. A realidade é sempre diversa da tipologia científica e a criatividade deve ser sempre uma variável permanente na vida dos seres inteligentes, como nas organizações, para que elas não cristalizem. A mudança é uma constante válida e não um mal evitável.

O que dá o tom nestes problemas é a necessidade de se encararem as realidades como um todo e não pormenor por pormenor. Fazer o «Gestalt» da questão.

Níveis de profundidade da acção pedagógica

- 1.º — SENSIBILIZAÇÃO — dar aos outros a possibilidade de ter consciência do problema em debate
- 2.º — REFLEXÃO METODOLÓGICA — utilizar a metodologia adequada para raciocinar sobre o problema

- 3.º — «LEARNING BY DOING» — ensinar a fazer, fazendo mesmo com hipótese de sair errado (o que é normal)
- 4.º — TRANSFORMAÇÃO INDIVIDUAL — capacidade de dar às pessoas o à vontade necessário para enfrentar situações inesperadas e difíceis.

ENSINO AUTOCRÁTICO-ENSINO DEMOCRÁTICO

Fez-se a seguinte experiência: um dos participantes sentou-se de costas voltadas para o grupo e descreveu a posição de seis rectângulos para que cada um os fosse desenhando no seu lugar, sem poder comunicar com ninguém. Em seguida, o mesmo participante fez a descrição de outro conjunto de seis rectângulos, mas desta vez virado para o grupo e admitindo comunicação com ele e entre os membros do grupo, para esclarecimentos.

Resultados: a média de rectângulos correctamente desenhados na primeira experiência foi de 2,5; a descrição demorou cinco minutos. Na segunda experiência a média de rectângulos bem desenhados pelos participantes foi de 5,3; o tempo da tarefa foi de onze minutos.

O monitor anotou as reacções emocionais dos participantes, tendo verificado que o ambiente se desanuvuiu durante a segunda experiência.

Conclusão: a eficiência de um grupo é função da satisfação sentida pelos seus membros em poderem participar na tarefa de modo construtivo e a correcção do resultado é inversamente proporcional ao tempo gasto para o alcançar.

MÉTODO DA DECISÃO EM GRUPO (de Norman Meier)

1 — *Preparação do problema*

- 1.1 — Definir e controlar a sua responsabilidade
- 1.2 — Estudar a decisão
- 1.3 — Estudar e controlar o seu estado de espírito
- 1.4 — Fazer um plano da sua apresentação do problema

2 — *Apresentação do problema*

- 2.1 — Enunciar a questão
- 2.2 — Fornecer as informações essenciais

3 — *Discussão do problema*

- 3.1 — Encorajar a discussão livre
- 3.3 — Possibilitar a todos a participação
- 3.3 — Manter a discussão sobre o assunto
- 3.4 — Respeitar as opiniões da minoria

4 — *Resolução do problema*

- 4.1 — A solução é um encontro dos espíritos
- 4.2 — O chefe resume e verifica que o grupo está de acordo
- 4.3 — A solução deve prescrever uma acção

A transformação de uma organização está dependente de duas leis:

- 1.ª — da entropia (a acção iniciada consome energia que é preciso ir mantendo ao nível para ser actuante)
- 2.ª — da inércia (tudo tende para permanecer como está);

E de duas condições:

- 1 — É preciso que os dirigentes queiram mesmo a reorganização
- 2 — É preciso que se formem pequenos grupos bem preparados para realizar a tarefa com aceitação *em cadeia* de todos os que fazem parte da organização, até se atingir a *massa crítica*, através da *aceleração contínua*, com informação prévia a todos os níveis.

A tomada de decisões eficazes e significativas deve atender a quatro situações do problema:

- 1 — *Suposta* = eu suponho, logo, é;
- 2 — *Explícita* = está escrito, logo, é;
- 3 — *Real* — técnicos bem preparados e qualificados verificaram através de estudos adequados, logo, é;
- 4 — *Requerida* — interessa à conjuntura, logo, é.

Geralmente atende-se apenas às duas primeiras situações. E, até, só à primeira...

Porque é que as pessoas não evoluem?

- 1.º — Por falta de *informação*, ou
- 2.º — havendo *informação*, esta é deformada ou tendenciosa.
- 3.º — Porque as pessoas têm medo, através do *fenómeno da transferência* para o presente de acontecimentos anteriores da sua vida que as traumatizaram no sentido da retracção.

Como diminuir a resistência à mudança?

- 1 — Fornecer *informações*, tanto quanto possível unitárias e convergentes.
- 2 — Possibilitar às pessoas a liberdade de abreagirem ao fenómeno da transferência, de se desinibirem pela *catarse pessoal*.
- 3 — Proporcionar-se oportunidade de experimentarem «fantásticamente» a própria mudança desejável (aplicada na publicidade). Demonstrar terapêuticamente a inoperância do fenómeno da transferência.

É fundamental admitir o direito ao erro dos participantes no grupo, o que revela confiança nos homens e a possibilidade de eles evitarem futuros erros. O que não quer dizer que as pessoas que erram mais do que as outras não sofram as consequências. Note-se que o erro sistemático pode ser motivado por falta de competência ou formação. O jogo com estes factores faz parte do conceito de «management».

Não há receitas estereotipadas para os males de gestão, ou as dificuldades na condução de reuniões. O que é preciso é que as pessoas sejam sensibilizadas para a existência dos problemas e para a procura das melhores soluções em face das realidades concretas. Só aí se dosifica o remédio.

Em matéria de organização é conveniente não tomar atitudes que nada resolvem e só mistificam a realidade. Por exemplo: «estamos melhor que no ano passado»; «já conseguimos arrumar alguns sectores»; «se o problema é pegar o touro de caras, talvez possamos primeiro prendê-lo pelo rabo»...

Antes de se realizar seja que trabalho for é preciso organizar essa tarefa ou empreendimento. O conceito mais lato de «management» pode aplicar-se a todos os domínios. O «management» é o fim do empirismo.

Qual é o utensílio (a ferramenta) a usar? É a interrogativa PORQUÊ?

O processo completa-se pospondo essa interrogativa às seguintes:

O QUÊ? Qual o problema? Porquê este e não outro?

ONDE? Em que ambiente se trata deste problema? E porquê?

QUANDO? De que tempo se dispõe? Qual o prazo? E porque não outro?

COMO? Quais os métodos de solução? E porquê estes?

Resumindo, em mnemónica: (O Q O Q C) P

CONCEITO DE «MEMBERSHIP»

Suas variáveis são: *Solidariedade*: consciência de se sentir parte do grupo.

Participação: satisfação de cada membro (e do grupo em si) pelo exercício da actividade de cada membro.

Responsabilidade: forma como o grupo e cada membro encara o resultado do trabalho realizado, em termos de responsabilidade.

Voltando ao ponto de partida, conclui-se que nada se aproveita desta exposição escrita. Até para quem tenha tido disposição para ler tudo com atenção.

Mas valeria a pena se, ao menos, as pessoas tivessem ficado alertadas para a existência de novas formas de resolver o facto inelutável de vivermos em grupo. (RUI AMADOR).

Os Arquivos históricos e o ensino da história

Publicamos a seguir a exposição feita pela nossa colega Maria Alice Chicó na reunião de bibliotecários, arquivistas e documentalistas realizada em Lisboa, em 12 de Abril, sobre o tema: «Serviço educativo nos arquivos históricos».

«Em todos os domínios da Educação se procura hoje substituir o tradicionalismo de métodos que já não respondem às necessidades e pressões da moderna pedagogia por outros mais adequados ao dever que se impõe aos educadores de integrarem a juventude, de um modo mais concreto, não só na realidade presente como na realidade passada.

Os professores de História terão tido já, porventura, ocasião de reflectir sobre os problemas árduos que, ao longo da sua actividade docente, lhes têm surgido. Nem sempre é fácil demonstrar aos estudantes que a História é uma das janelas mais rasgadas pela qual se pode olhar para o vasto panorama da evolução da humanidade. Não é fácil reconstituir-lhes na mente, sem exageros de imaginação, épocas passadas, fazer-lhes compreender o que é que eles têm que ver

com elas, o que é que eles devem a esse passado de que trata o programa dos seus livros escolares e que são obrigados a memorizar.

A História, como todas as outras disciplinas, faz parte de uma educação que se pretende, actualmente, que seja total, isto é, que contribua para a integração total do indivíduo na época em que vive. E para que essa integração se possa efectuar, terão de se reajustar ou de se criar desde a base, métodos mais apropriados, em todos os sectores, ao fim a que se consagram e nos quais, como já está sobejamente ensaiado, o som e a imagem tomam uma parte importante.

O tema que estamos a abordar é, portanto, o ensino da História apoiado nos Museus e nos Arquivos, o que é que este ensino pode proporcionar aos estudantes e como pode auxiliar os professores.

O Serviço Educativo junto dos Museus é já uma realidade entre nós e aquele que existe, com grande expansão, há pouco mais de um ano, no Museu Gulbenkian, não é o primeiro, pois que os do Museu de Arte Antiga e o do Museu dos Coches, com muito maiores dificuldades e condicionamentos, estão primorosamente organizados e têm provado despertar grande interesse entre a gente nova.

Mas não é deles que se trata aqui pois que sendo o Museu uma exposição permanente de obras de arte e sendo estas um reflexo dos complicados processos sociais e políticos que estiveram no substrato da sua criação, é mais o sentido estético, o espírito crítico da juventude que se pretende despertar, sem preocupações historicistas, do que reconstituir para eles, peça a peça, o ambiente histórico em que elas «viveram». No Museu, a obra de arte e a História constituem um todo em que a primeira se projecta sobre a segunda como sobre um pano de fundo.

Em contrapartida, no que respeita ao papel que os Arquivos Históricos Portugueses têm desempenhado no ensino da História, não se podem fornecer dados concretos. O que se tem feito entre nós neste sentido não corresponde ainda a uma orientação especificamente determinada pela finalidade a atingir. Levam-se as crianças à Torre do Tombo, mostram-se-lhes os livros e os documentos, mas ainda ali não está organizado um Serviço Educativo que proporcione aos alunos e aos professores o maior rendimento da visita sem causar perturbação na vida interna do Arquivo.

A criança tem, de um modo geral, certa dificuldade em entender a continuidade do presente com o passado. Demora a desenvolver um *sentido de tempo* e há certas noções mais abstractas, tais como correntes artísticas ou teorias constitucionais, que não apreende sem a ajuda poderosa do manuscrito.

Há que dar-lhes uma amostra da realidade de cada época, tão viva quanto possível e, tanto o material do Museu como o do Arquivo, podem auxiliar o professor a transmitir a cor, a atmosfera, o significado, de uma época ou de um período. O Museu, quanto ao aspecto exterior, decorativo, cultural; o Arquivo, quanto à vida quotidiana dos homens e das mulheres, às suas preocupações, aos dramas políticos em que estiveram envolvidos, às suas descobertas, etc..

Os Arquivos Históricos estão, portanto, mais directamente ligados ao ensino da História. Segundo o «Manuel d'Archivistique» editado pelo Ministère des Affaires Culturelles, em França os professores primários recebiam desde 1912 lições acompanhadas por visitas aos depósitos de arquivos para lhes serem mostrados os documentos.

Mas, foi só em 1950 que se criou um Serviço Educativo no Arquivo Nacional concebido, de princípio, segundo os mesmos moldes que os dos Museus. A experiência demonstrou no entanto que o Serviço Educativo junto dos Arquivos Históricos tem pequena projecção no que respeita as classes primárias e nenhuma no Ensino Técnico. Recebe, em França pelo menos,

essencialmente as classes do Ensino Secundário às quais se vêm juntar as das Escolas Normais. É pois um problema diferente do dos Museus pois estes recebem todos os graus.

Ainda segundo o «Manuel d'Archivistique», para que possa existir um Serviço Educativo num Arquivo Histórico é necessário:

- 1.º — que haja 2 categorias de pessoas:
 - a) umas, preparadas para escolher os documentos,
 - b) outras, para os mostrar;
- 2.º — que exista um local apropriado para receber as classes;
- 3.º — que se estabeleça um método de ensino.

Monitores são as pessoas especializadas neste Serviço e que são verdadeiramente o elo de ligação entre os professores, os estabelecimentos de ensino e os Arquivistas. Estes, numa colaboração constante ajudam a escolher os documentos, a apresentá-los, a organizar publicações de textos, de reproduções, etc...

Sendo os documentos a própria base do Serviço Educativo, proceder-se-á do seguinte modo:

Ou os documentos são deslocados do Arquivo e postos à disposição dos interessados nos seus próprios locais, ou não são deslocados e os alunos vêm até ao Arquivo. A experiência ensina que o segundo método é preferível.

Quanto à escolha dos documentos, pode haver diversos critérios, mas, qualquer que seja, deve sempre ter em vista o seu valor pedagógico e o seu valor histórico. A escolha será pois orientada pelos programas escolares, mas sempre dentro dos recursos documentais do Arquivo. Para cada depósito de Arquivo, deve estabelecer-se um catálogo ou repertório de documentos considerados mais adequados à ilustração dos programas.

Outro ponto a considerar também, é o aspecto estético, o estado de conservação dos documentos, a sua maior ou menor legibilidade. É conveniente, também, variar as espécies.

Para que as visitas se possam efectuar sem percalços, é indispensável que se disponha de uma sala especialmente equipada, não só para exposições rotativas como para a mostra de documentos avulsos. O seu equipamento será simples: mesas, cadeiras, vitrines verticais e horizontais, aparelhos para projecções, instalação sonora para se ouvirem discos, armários para se guardarem livros, documentos e reproduções dos mesmos. Todos estes elementos, incluindo a decoração da sala, deverão ser de molde a criar um ambiente histórico.

A manipulação dos documentos originais é mais recomendável do que mostrá-los aos estudantes debaixo de vidro. É claro que terão de ser protegidos por capas de plástico. Quanto aos livros, poderão ser mostrados dentro de caixas com tampas transparentes, ou dados para as mãos, segundo o seu valor e conservação.

Em seguida, começa propriamente o ensino que os alunos vêm receber:

Ou o Monitor dá uma lição a partir dos documentos apresentados, ou os alunos aprendem a estudar os documentos.

No 1.º caso, faz-se uma apresentação geral e, depois, um comentário particular para cada documento que é examinado pelos alunos, um a um ou em conjunto.

No 2.º caso (que se revelou ser mais conveniente) fazem-se circular os documentos depois de terem sido comentados. Estes são agrupados em dossiers os quais respeitam, cada um, a um aspecto particular do tema ou período escolhido e cada dossier é entregue a um grupo de dois alunos ou três. E enquanto durar o estudo dos dossiers, o professor vai de um para outro grupo, dando esclarecimentos úteis e depois conclui indicando o que é preciso fixar.

Se se tratar de uma exposição temporária, o n.º óptimo é de 50 a 100 documentos.

No caso da manipulação, não mais de 10 ou 20.

Quanto ao n.º de alunos, os grupos não devem ir além de 20.

Se os alunos vierem acompanhados pelos professores das suas escolas, estes só poderão fazer comentários quando tiverem tido uma preparação para isso.

Abordando agora o problema da recolha dos textos, convém determinar *quem* faz a recolha e *como* deve ser feita.

Respondendo à primeira pergunta, *quem faz a recolha*, posso referir uma experiência que nos foi dado fazer, eu e uma colega minha do Estágio do ano passado, Dr.ª Natércia Rocha, quando procurámos estabelecer que documentos importaria mostrar numa visita guiada ao A.N.T.T. a estudantes do Ciclo Preparatório e do 2.º Ciclo do Liceu.

Dirigimo-nos à Senhora Dr.ª Maria José Leote, Conservadora-Paleógrafa da Torre do Tombo, e seleccionámos, sob a sua direcção, alguns documentos existentes no Arquivo que se destinavam, hipoteticamente, a ilustrar a Fundação da Nacionalidade e cujo valor histórico, social, económico e artístico podia ser apresentado aos dois níveis de ensino.

Logo, por aqui se vê como a colaboração entre o Arquivista, que conhece os documentos e sabe indicar o seu valor histórico, e os professores, que conhecem as exigências dos seus programas e as suas dificuldades pedagógicas, é absolutamente necessária.

Necessária, sim, mas não suficiente.

Pois que como elo de ligação, deve estar o Monitor que recebe os alunos no Arquivo, que está preparado para fazer «falar» os documentos, dando-lhes vida, e para fazer falar os alunos, provocando as suas perguntas e as suas observações.

Para responder à pergunta *como se devem escolher os documentos*, convém definir com que perspectiva deve ser feita a escolha dos mesmos. Reportando-me mais uma vez ao «Manuel d'Archivistique», preconiza-se que nenhum aspecto da História deve ser menosprezado, que há mesmo obrigação de apresentar uma visão tão global quanto possível da mesma e, simultaneamente, esclarecer a História Geral por meio de documentos que sejam o eco de situações, de acontecimentos da História Nacional e da História local. Por ex.: sendo possível, mostrar-se-ia com intenção especial, a um grupo de alunos vindos de Santarém visitar o Arquivo, o Foral da sua cidade, a propósito das instituições, costumes, dos aspectos da economia medievais. É sempre importante que os textos sejam um reflexo da vida, ou de um aspecto essencial da vida, da época em que foram escritos.

P. Maréchal distingue entre *documentos-chave*, os que facilitam a compreensão de uma noção histórica importante, *documentos-testemunhas* que registam um acontecimento importante ou são a expressão de uma política e *documentos-humanos* reveladores da natureza humana e da vida quotidiana.

Este capítulo do «Manuel d'Archivistique» ainda se alonga por diversas considerações, entre outras, acerca da linguagem a empregar para melhor compreensão dos textos. Mas, como é óbvio que o Monitor receba a preparação pedagógica e psicológica necessária, saberá por seu moto próprio criar o ambiente à volta dos textos que facilite o seu entendimento e até entusiasme as crianças.

Nunca é demais chamar a atenção para a importância crescente que vão tomando os Arquivos Históricos e para como vão cada vez mais ao encontro, não só do moderno ensino da História como dos próprios Museus de Arte. As obras de arte necessitam dos Arquivos pois só estes podem fornecer informações seguras de proveniências, de autoria, de restauros anteriores, etc., que não se podem encontrar noutro lugar.

Talvez não venha muito longe o tempo em que, por meio de certos dispositivos que permitam pôr em prática novas técnicas de ensino, possa ser aumentado o alcance dos serviços

tradicionais dos Museus com a transmissão, directamente dos Arquivos museográficos para a sala de aula, do texto e da imagem relacionados com o assunto de que o professor queira falar aos seus alunos». (MARIA ALICE LAMI TAVARES CHICÓ — Museu da Fundação Calouste Gulbenkian).

Centro Cultural Americano de Lisboa

Correspondendo ao convite do Centro Cultural Americano de Lisboa, bibliotecários, arquivistas e documentalistas realizaram no dia 8 de Março passado uma visita a este Centro, tendo assistido ainda à exibição de um filme sobre a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. Publicamos as palavras da responsável pela Biblioteca, D. Maria Sampaio, sobre a sua organização e funcionamento.

SENHORAS E SENHORES BIBLIOTECÁRIOS

«Como responsável pela Biblioteca do Centro Cultural Americano em Lisboa, lugar que ocupo desde 1954 e onde presto serviço há quase 21 anos, quis o Senhor Conlery que fosse eu a ter a grata oportunidade de lhes descrever, embora muito sumariamente, quais as finalidades desta mesma Biblioteca e de lhes dizer a forma como se processam aqui os trabalhos inerentes a tudo que diz respeito ao funcionamento desta secção da USIS. E assim, passo a elucidar as Senhoras e Senhores Bibliotecários:

Objectivo: Esta Biblioteca tem por objectivo divulgar, como é óbvio, a cultura norte-americana junto dos portugueses, não obstante ser também muito visitada pelos americanos residentes e por aqueles que visitam Portugal. É uma das muitas Bibliotecas que existem por todo o mundo e que fazem parte da Agência de Informação dos Estados Unidos (United States Information Agency), que abriu as suas portas para desempenhar a sua função em 1949.

Seleção das Obras: Quinzenalmente recebemos listas dos livros publicados nos Estados Unidos, previamente aprovados por uma Comissão designada pela USIA, para figurarem nestas Bibliotecas. As nossas fontes de selecção para os periódicos, folhetos e discos são provenientes, igualmente, de listas enviadas de Washington pela USIA.

Colecção: A colecção versa os mais variados assuntos: literatura, história, arte, ciências sociais, etc.. O sistema de classificação utilizado é o Decimal de Dewey que, como sabem, é muito semelhante ao Decimal Universal. Recebemos os cartões da Biblioteca do Congresso. Quando assim não acontece, o livro é classificado por nós. A arrumação nas estantes é feita segundo o sistema de classificação utilizado. Temos o ficheiro catálogo-dicionário, que combina, numa só sequência, autores, assuntos, títulos, nomes — os dos biografados, por exemplo — e as entradas sob forma dos documentos — enciclopédias, anuários, etc. — para utilização dos leitores da Biblioteca, e um outro ficheiro numérico de matérias, para uso interno.

Arquivo Vertical: O conteúdo do arquivo vertical — folhetos, opúsculos, mapas, etc. — é ordenado alfabeticamente por assuntos e para os quais existem pastas devidamente etiquetadas.

Discos: Uma parte dos discos que foram recentemente postos em circulação, têm por fim familiarizar o requisitante com os géneros mais populares e apreciados da música norte-americana, procedendo-se ao seu empréstimo pelo mesmo sistema dos livros. Digo uma

parte porque devemos ter à volta de 1.500 discos. A sua arrumação na estante é feita agrupando-os por géneros musicais.

Colecção de periódicos: A colecção de periódicos, que consideramos bastante completa, inclui os mais variados assuntos. Estão arrumados por ordem alfabética, circulando os números do ano actual e transacto, ficando os exemplares mais recentes em exposição. Gostaríamos de oferecer-lhes uma lista actualizada dos periódicos recebidos na Biblioteca, que se encontram à vossa disposição numa mesa à saída do auditório.

Inscrição: Para a inscrição, o futuro leitor preenche duas fichas, às quais lhes é dado um número. Uma é arquivada no ficheiro dos requisitantes por ordem alfabética do apelido, a outra é arquivada no ficheiro por ordem numérica. Após esta pequena formalidade enviamos, pelo correio, ao interessado o seu cartão de requisitante, que terá de apresentar sempre que queira levantar obras da Biblioteca ou quando as pretenda devolver.

Empréstimos: À excepção das obras de referência, todos os livros, revistas, folhetos e discos são emprestados. Prêviamente foram preparados para circular, colocando-se o porta-cartão, o respectivo cartão, o verbete para o carimbo da data de devolução, e ainda o carimbo da Biblioteca. Mencionei mesmo agora as obras de referência, que constituem uma secção só de consulta. Diariamente são utilizadas pelos leitores e por nós para obter as informações solicitadas.

Métodos de circulação: Adoptamos um método de circulação simplicíssimo. Logo que o requisitante tenha em seu nome o cartão da Biblioteca, pode fazer a sua escolha, dirigindo-se ao funcionário de serviço que lhe fará o registo. Isto resume-se a carimbar o cartão de leitor e o cartão-ficha com a data de entrega, o qual é rubricado pelo requisitante, que também escreve o número que lhe foi atribuído quando da inscrição. O citado cartão é indispensável para a sua identificação, pois é ainda neste que nos baseamos quando haja necessidade de enviar os avisos pedindo a devolução de publicações em atraso. O mesmo cartão, depois de feita a estatística diária, será arquivado no ficheiro de prazos. Quando as obras nos são devolvidas temos apenas que verificar a data, retirando deste ficheiro o cartão-ficha que colocamos no porta-cartão, ficando assim os livros em condições de ser arrumados na prateleira.

Em Julho de 1969 iniciámos a renovação total das inscrições sendo de 7 000 o número actual de requisitantes. Somos visitados diariamente por 180 a 200 pessoas saindo em média 120 a 150 publicações.

A nossa Biblioteca pode ser considerada uma Biblioteca estática. Os livros são regularmente retirados e substituídos por edições mais recentes, sendo nosso cuidado adquirir sempre as obras de maior actualidade, tendo sempre em vista a divulgação, como é natural, da cultura norte-americana.

A opinião do público que utiliza a nossa Biblioteca tem sido muito favorável acerca da maneira como têm acesso às estantes, onde os livros se encontram ordenados de acordo com o ficheiro que prêviamente consultam.

Procurei, Senhoras e Senhores Bibliotecários, dar-lhes uma ideia do nosso trabalho nesta Biblioteca e fi-lo com a preocupação de lhes ser útil, e, ao terminar, quero-lhes agradecer a vossa vinda aqui e formular-lhes um pedido no sentido de que contactem sempre connosco desde que disso possa resultar algo de elucidativo, pois encontrarão da nossa parte o maior desejo de colaboração».

Bibliotecas na Grã-Bretanha

Lisboa, Porto e Coimbra tiveram oportunidade de se inteirar, mercê das exposições fotográficas e bibliográficas realizadas respectivamente no Instituto Britânico, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, do papel importante reservado às bibliotecas na vida quotidiana do cidadão inglês, inclusivamente da população escolar, já que nos foi dado apreciar bibliotecas de todos os tipos e níveis. Antes de tentarmos resumir certas características de ordem geral que distinguem estas bibliotecas das nossas — e que conferem às primeiras o carácter de verdadeiras instituições nacionais de difusão cultural — transcrevemos o texto divulgado pelo Instituto Britânico, pois que ele constituiu a melhor síntese e complemento daquilo que a exposição pretendeu demonstrar:

«A Grã-Bretanha de hoje dispõe de um sistema de bibliotecas que se caracteriza pela sua alta organização e ampla cobertura, satisfazendo as necessidades de quase todos os membros que constituem a comunidade. O estudioso tem acesso a material de investigação, o doente hospitalar é abastecido de livros no seu leito de enfermo, o cego requisita livros em Braille, e a criança de tenra idade encontra livros ilustrados para orientar os seus primeiros passos na leitura. São estes apenas alguns exemplos da vasta gama de serviços prestados.

As bibliotecas públicas são financiadas pelas contribuições gerais da área abrangida pelos municípios em que se situam e estão gratuitamente ao dispor de todo o público. Mas, além de livros para leitura domiciliária, as bibliotecas públicas centrais oferecem diversos outros serviços, como gabinetes de estudo, secções de referência e comerciais, colecções de quadros e de música para empréstimo domiciliário, clubes infantis de leitura e sessões de histórias para crianças, etc.. Fora dos centros citadinos, as bibliotecas distritais e sucursais oferecem essas facilidades numa forma modificada. Recorre-se a bibliotecas móveis que se deslocam de acordo com um horário pré-estabelecido nas zonas tanto urbanas como rurais para atender sectores do público que não disponham de fácil acesso a uma biblioteca sucursal.

As universidades, escolas e outros estabelecimentos de ensino têm as suas próprias bibliotecas, assim como as repartições do estado, associações eruditas e de classe e as grandes empresas. Normalmente, os estudantes têm acesso a essas bibliotecas para fins de referência e estudo. Com o melhoramento dos serviços facultados pelas bibliotecas públicas, as bibliotecas comerciais para assinantes viram o seu número baixar nestes últimos anos.

As bibliotecas autónomas mas subsidiadas por fundos do Governo — Museu Britânico, Bibliotecas Nacionais da Escócia e País de Gales, Biblioteca Bodleiana de Oxford e Biblioteca da Universidade de Cambridge — funcionam em regime de depósito legal e podem, se o desejarem, receber um exemplar gratuito de cada livro que se publique na Grã-Bretanha. Foi assim que o Museu Britânico, só à sua conta, possui actualmente 6 milhões de volumes. A «National Central Library» e a «National Lending Library for Science and Technology», ambas criadas há poucos anos, encarregam-se da permuta de livros e periódicos em regime de empréstimo a nível nacional e internacional.

Dentro da Grã-Bretanha, a maior parte das bibliotecas põe o seu recheio ao dispor de outras, serviço este que permite aos leitores, onde quer que vivam no país, receberem um exemplar ou microfilme praticamente de qualquer livro ou documento que pretendam».

Quanto às características comuns:

1) As bibliotecas, situadas em locais de fácil acesso, têm *uma dimensão predominantemente horizontal*, o que quer dizer que os antigos depósitos das bibliotecas tradicionais deram lugar a salas confortáveis onde a rigidez das carteiras alinhadas foi substituída por recantos tranquilos

e acolhedores, de preferência junto das janelas, nas quais predomina a mesa redonda com duas ou três poltronas à volta, sendo o todo enquadrado pela indissociável moldura vegetal. Os livros, colocados em *livre acesso* nas estantes ao longo das paredes, ficam ao alcance do braço.

2) Esta orientação arquitectural *elimina das bibliotecas um funcionalismo parasitário*, permitindo que as verbas sejam aplicadas com o máximo de utilidade na aquisição de livros e de outro equipamento cultural. E para o mesmo efeito concorre a utilização da mecanização: cintas transportadoras, aparelhagem electrónica, telefones, altifalantes, etc.

3) A biblioteca é encarada com uma significação mais vasta do que simples repositório de livros: *é uma instituição cultural polivalente*. Além das exposições — que podem ser de pintura, visto que os fundos de arte também se integram nas bibliotecas — contam-se outras actividades apoiadas no livro e na leitura ou actividades afins: conferências (às vezes ilustradas por projecções), teatro, recitativos, audições musicais, serviços de informação, audição de discos, etc.

O equipamento social anexo obedece à mesma perspectiva (bares, restaurante, salas de fumo, jardins de inverno, auditório, salas de projecções, galerias de arte...).

Os serviços de empréstimo domiciliário são uma função das mais importantes nas bibliotecas inglesas e não faltam as que *foram construídas só para esse efeito* (bibliotecas centrais de empréstimo).

A biblioteca móvel leva o livro às zonas rurais mais segregadas e aos leitores diminuídos.

4) *A biblioteca infantil* marca a sua presença nas actividades bibliotecárias. Ou é autónoma, ou anexa a uma biblioteca de adultos, mas em qualquer caso tem organização e equipamento *à medida dos seus pequenos leitores*. A sua função transcende a simples actividade de leitura individual: há sessões de contos ou leitura de histórias às crianças, actividades artísticas incluindo a audição musical, representação de fantoches e clubes de «hobbies» (para os mais crescidos).

Recorrendo uma vez mais ao texto que nos foi facultado pelo Instituto Britânico, seleccionámos certos pormenores que nos parecem pôder elucidar claramente a respeito da evolução das bibliotecas inglesas e da sua finalidade cultural:

Biblioteca do Condado de Montgomery

«A iluminação constitui um problema difícil nas bibliotecas. Na biblioteca de empréstimos para adultos integrada na Biblioteca do Condado de Montgomery, esse problema foi resolvido abrindo janelas em três das paredes e no telhado. Instalaram-se persianas para evitar excesso de luz solar. As prateleiras são ligeiramente curvas, ficando as mais baixas a curta distância do chão. Cada vão de estantes tem espaço para livros de grande formato, que, assim, não são guardados em separado».

Biblioteca Central de Bradford

«A Biblioteca... tem acesso por uma escadaria ou por uma rampa. Na parte detrás do edifício fica um parque de estacionamento reservado aos utentes da biblioteca. O bloco em torre aloja as secções repartidas por assuntos. À direita, fica o teatro, com um «foyer» e um bar a seguir ao átrio. À esquerda encontra-se uma entrada separada para a sala de leitura».

«O chão e paredes do salão de entrada... estão revestidos de mármore para facilitar a conservação. No extremo do salão fica a biblioteca infantil, e no andar de mezanino a biblioteca de arte, com as suas exposições de pintura. Os bibliotecários no balcão de informação respondem a consultas rápidas socorrendo-se de guias e horários, e encaminhando o público para os departamentos de assuntos. As devoluções de livros são feitas no outro extremo do balcão, seguindo numa cinta transportadora para a sala de descarga».

«Na Biblioteca... adopta-se um método de emissão de livros (sistema de cheques) que elimina a necessidade de devolver os cartões dos leitores. Os livros são descarregados e devolvidos por elevador às secções respectivas».

«A disposição da secção de ciências sociais é típica das secções por assuntos... As estantes encontram-se colocadas perto da janela, e as mesas de estudo no centro da sala. O balcão de informações encontra-se instalado num recanto recolhido a seguir à sala de trabalho. No andar de mezanino... está a colecção de história local».

Biblioteca Pública de Doncaster

«As estantes utilizadas... podem ser adaptadas de forma que as prateleiras fiquem inclinadas para exposição de livros. As estantes e os painéis expositores são permutáveis entre si, o que permite facilmente alterar a disposição. O balcão de emissão de livros foi especificamente concebido para a sua função e condiz com o revestimento das estantes».

Biblioteca Central de Doncaster

«A estrutura utilizada para servir de estante em toda a Biblioteca... é adaptada na biblioteca de música para guardar discos. A ligeira inclinação dos discos constitui o processo ideal de os arrumar para evitar o empenamento mesmo em condições climáticas extremas, e por permitir aos utentes da biblioteca percorrerem paulatinamente o seu stock».

Biblioteca Central de Grimsby

«As estantes da biblioteca de empréstimos para adultos... foram especialmente concebidas com uma curvatura acentuada para permitir uma melhor exposição de livros. Estes são descarregados na cave de modo que o pessoal de serviço à biblioteca de empréstimo fique livre para atender os leitores. O balcão de serviço de rotina e de informações são unidades flexíveis, facilmente deslocadas».

«...os livros devolvidos são colocados numa cinta transportadora que os leva para a cave para descarga. Como os leitores não têm que aguardar os seus cartões, não ficam à espera nas horas de maior movimento. A secção de descarga e o balcão que lhe fica por cima estão ligados por intercomunicadores. Em toda a biblioteca as comunicações foram bem planeadas. A biblioteca está dotada de telefones internos e externos e altifalantes, e o pessoal está equipado com pequenos aparelhos electrónicos que permitem contactos permanentes».

«Numa secção especial... existe uma ampla colecção de livros sobre a indústria da pesca e navegação. Nesta Biblioteca existem divisórias móveis e de fechar, que podem ser colocadas em qualquer secção para leitores ocupados em estudos a longo prazo».

Biblioteca Distrital de Jesmond, Newcastle-upon-Tyne

«...é um edifício circular de um só piso com um posto central de controle que permite boa supervisão. Numa estrutura adjacente de dois pisos encontram-se alojadas uma sala de estudo, arrecadação e instalações administrativas».

Biblioteca Distrital de Basingstoke

«As estantes inclinadas para periódicos... permitem que estes sejam expostos da forma mais visível. A secção de referência é alcatifada para maior silêncio. Os livros de formato excepcionalmente grande podem ser consultados dentro da mesma estrutura que a das prateleiras, especialmente preparada para o efeito».

«Na pequena galeria que parte do patamar... expõem-se pinturas da autoria de artistas locais. As prateleiras de dimensões superiores ao normal são utilizadas como mesas de exposição».

Biblioteca Sucursal de Burnt Oak, Barnet

«A disposição das estantes da Biblioteca... está concebida de modo a deixar o centro livre para quem goste de ler à sua vontade e estudar. O balcão de empréstimos, especialmente desenhado, com prateleira metálica para os leitores colocarem as suas sacas de compras, etc., encontra-se perto da entrada principal».

Bibliotecas móveis

«Um dos serviços que o sistema de bibliotecas públicas oferece é o de bibliotecas móveis, que percorrem regularmente zonas a certa distância de uma biblioteca principal ou sucursal. Os atrelados utilizados neste serviço são de dimensões variáveis, consoante a localidade que servem. Em zonas rurais distantes onde a biblioteca vai até aldeias e quintas isoladas, utiliza-se um atrelado especialmente concebido para caminhos estreitos. As zonas urbanas são geralmente servidas por bibliotecas móveis... rebocadas por tractores e que ficam estacionadas no mesmo local durante todo o dia».

«...as prateleiras são inclinadas para trás para evitar que os livros caiam quando o veículo se encontra em movimento. As prateleiras são fixas, mas os livros impressos em tipo grande e de maior formato são arrumados na segunda fila de prateleiras à esquerda. A iluminação, que foi cuidadosamente planeada, combina a iluminação artificial com a natural proveniente do tejadilho e das janelas laterais».

Biblioteca da Universidade de Edimburgo

«...A biblioteca... tem espaço para dois milhões de livros em regime de livre acesso, e para 2 500 leitores».

«A entrada... está concebida de modo a permitir que os leitores entrem e saiam da biblioteca com um mínimo de demora. A concepção do balcão de serviço permite que o pessoal execute várias tarefas de rotina além de emitir livros e auxiliar os leitores».

«O facto de haver uma sala simultaneamente de leitura casual e de fumo... onde os estudantes se podem descontraír e estar com amigos torna mais fácil ao Bibliotecário impor os regulamentos noutras secções do edifício. As cadeiras, mesas baixas e chão alcatifado dão um ambiente de conforto e descontração».

«Numa grande biblioteca universitária há necessidade da existência de materiais sem serem livros. Os mapas apresentam sempre problemas de arrumação, pelo que são ideais arcas vulgares... mas a maior parte dos mapas mais antigos e muitos publicados recentemente encontra-se ainda impressa em folhas inteiriças, que exigem um cuidadoso controle, arrecadação e manuseamento».

«... é cada vez maior o número de obras, especialmente extensas colecções de jornais e revistas, que são reduzidas a microfilme, o que permite considerável economia de espaço e vida mais longa do que o formato vulgar. Numa biblioteca universitária é necessário não só haver bastantes leitores de microfílm mas também considerar na fase de planeamento o número de tomadas de corrente que serão necessárias, não só para eles como ainda para outro equipamento eléctrico».

«... a Biblioteca... possui equipamento técnico de alta qualidade, e a nova biblioteca oferece excelentes oportunidades de o utilizar».

Bibliotecas escolares

«É essencial num liceu com 3.º ciclo haver uma boa provisão de livros e facilidades adequadas para estudo privado, uma vez que o horário escolar está concebido de modo a dar mais independência aos alunos. Aqui, em Luton, existe espaço num vão e o aluno tem à mão os livros referentes à disciplina que estuda».

«Uma classe do quarto ano na Escola Secundária Compreensiva de Kingsdale, em Londres, estudando na biblioteca. As escolas compreensivas têm de oferecer uma vasta gama de livros para corresponder às grandes diferenças nas aptidões intelectuais dos alunos».

«A Elliott Comprehensive School, Putney, possui uma biblioteca muito bem apetrechada com espaço para estudo. Em qualquer biblioteca é essencial um bom sistema de empréstimos... O ficheiro está bem em destaque para que as crianças se sintam estimuladas a servir-se dele. À esquerda, prateleiras especiais para atlas e livros de grande formato, e ao fundo da sala a estante dos periódicos».

«Uma pequena sala de classe — biblioteca na Escola de Delf Hill, Bradford, que as crianças são estimuladas a utilizar constantemente para se habituarem a considerar os livros instrumentos essenciais de trabalho. Utilizam-se carrinhos para exposição e arrumação dos livros; atravancam pouco e podem ser afastados para um lado quando se necessita de espaço».

«As prateleiras a pouca altura e a forma como os livros estão dispostos na Escola Primária de Vittoria, Londres, produzem um ambiente descontraído que estimula as crianças a servir-se dos livros. As estantes servem de divisórias que separam a zona de leitura das outras actividades».

«Crianças a escolher livros de uma estante de dobrar que pode ser utilizada onde o espaço seja limitado. O ideal é uma escola ter, tanto uma sala especial para a biblioteca, como colecções de livros em cada aula».

Bibliotecas infantis

«A secção juvenil da Biblioteca Central de Bradford consiste numa sequência de salas. Há uma grande biblioteca de empréstimo, uma sala de estudo e outra ainda onde se lêem histórias às criancinhas e onde as mais crescidas podem participar em clubes de «hobbies».

«A caixa extra-comprida na secção infantil da Biblioteca pública de Doncaster constitui a solução para o problema de arrumar e expor livros ilustrados de grande formato e difíceis de manejar. A estante-caixa à direita pode ser utilizada para o mesmo fim. As designações das secções, constituídas por letras separadas, podem ser facilmente alteradas quando os livros são deslocados».

«Um recanto da biblioteca juvenil na Biblioteca Sucursal do Summertown, Oxford, mostrando um mural com cenas do livro «O Vento nos Salgueiros». As estantes em escada,

fixadas na parede e utilizadas em toda a biblioteca, não chegam ao chão, a fim de facilitar a limpeza e permitir aos leitores chegar mais facilmente às prateleiras inferiores. Esta disposição agrada às crianças, por lhes dar a impressão de serem mais crescidas».

«A secção infantil da Biblioteca Sucursal de Burnt Oak está alojada no piso de mezanino e tem estantes baixas e caixas expositoras próprias para crianças. Uma leitora consulta o ficheiro que as crianças são ensinadas e estimuladas a manusear».

«Crianças saboreando a sua hora de leitura. As crianças devem ter uma ampla selecção de livros que despertem o seu interesse e ser estimuladas a ler por gosto. A sua carreira escolar resultará melhor do que a das que só lêem com relutância...».

Complementando as fotografias e dísticos, apresenta-se uma extensa bibliografia respeitante à organização dos serviços de bibliotecas na Grã-Bretanha e respectiva legislação, à formação técnico-profissional dos bibliotecários e à arquitectura e equipamento de bibliotecas.

Biblioteca de «Cadernos»

O nosso Colega Dr. Carlos Estorninho, que desempenha com muita proficiência o cargo de Director da Biblioteca do Instituto Britânico de Lisboa, quis ter para com «Cadernos» uma atenção desvanecedora. Assim, ofereceu à nossa Redacção, com destino à sua projectada biblioteca de obras de especialidade, os livros constantes da relação junta.

Conforme todos os Colegas podem verificar, trata-se de um conjunto seleccionado, da autoria de reconhecidos especialistas, e respeitante a vários temas do maior interesse para o nosso aperfeiçoamento profissional. Tais temas vão desde a Arquivística à Documentação e da Biblioteconomia, aplicada a todos os níveis, à Bibliografia, à Automação, à Leitura, etc.

O Dr. Carlos Estorninho, a quem todos nós já devemos provas de estima e camaradagem, acaba de dar-nos mais outra — e, por ela, em nome dos beneficiários, que são todos os Colegas, manifestamos publicamente o nosso reconhecimento pela gentileza desta oferta.

1. BAKEWELL, R. G. B., ed. lit. — *Library and information services for management. Papers presented at a short course held at the School of Librarianship and Information Work at Liverpool College of Commerce in December 1967.* London, Clive Bingley, 1968, 130 p.
2. BELL, F. T.; SMITH, F. Seymour — *Library bookselling. A history and handbook of current practice.* London, Andre Deutsch, 1966, 127 p., il.
3. BRAWNE, Michael — *Libraries. Architecture and equipment.* London, Pall Mall Press, 1970, 187 p., il.
4. BURKETT, Jack — *Trends in special librarianship. Based on a series of lectures delivered at Ealing Technical College April 1968.* London, Clive Bingley, 1969, 205 p.
5. COLLISON, Robert L. — *Progress in library science 1965.* London, Butterworth, 1965, XIX + 216 p.
6. EVANS, Evelyn J. A. — *A tropical library service. The story of Ghana's libraries.* London, Andre Deutsch, 1964, XVII + 174 p.
7. HEWITT, A. R. — *The law relating to public libraries, museums and art galleries*, 2nd. edition. London, Eyre and Spottiswoode, 1947, XIV + 160 p.
8. HUTCHINGS, F. G. B. — *Librarianship. A short manual with special reference to developing countries.* Kuala Lumpur, Oxford University Press, 1969, XVII + 133 p., il.

9. JENKINSON, Hilary — *A manual of archive administration. A reissue of the revised second edition with an introduction and bibliography by Roger H. Ellis.* London, Percy Lund, Humphries & Co., 1965, XXII + 261 p.
10. JOLLIFFE, Harold — *Public library extension activities.* London, The Library Association, 1962, XIII + 330 p.
11. JOY, Thomas — *The truth about bookselling.* London, Isaac Pitman & Sons, 1964, X + 206 p.
12. KAULA, P. N., ed. lit. — *Library science today. Ranganathan Festschrift. Volume 1 — Papers contributed on the 71st birthday of Dr. S. R. Ranganathan (12 August 1962).* London, Asia Publishing House, 1965, 832 p., il. (Ranganathan Series in Library Science, 14).
13. KIMBER, Richard T. — *Automation in libraries.* Oxford e outras, Pergamon Press, 1968, VIII + 140 p. (International Series of Monographs in Library and Information Science, 10).
14. LANDAU, Thomas — *Encyclopaedia of librarianship.* London, Bowes & Bowes, 1958, IX + 334 p.
15. MILLS, J. — *A modern outline of library classification.* London, Chapman & Hall, 1960, VIII + 196 p.
16. MUKHERJEE, A.K. — *Librarianship. Its philosophy and history.* New York, Asia Publishing House, 1966, XI + 220 p.
17. OLLÉ, James G. — *Library history. An examination guidebook.* London, Clive Bingley, 1967, 67 p. (Examination Guide Series).
18. PALMER, B. I. — *From little acorns. The library profession in Britain.* London, Asia Publishing House, 1966, 176 p. (Ranganathan Series in Library Science, 19).
19. PARKHI, R. S. — *Decimal Classification and Colon Classification in perspective. With a foreword by Dr. S. R. Ranganathan.* London, Asia Publishing House, 1964, XX + 545 p. (Ranganathan Series in Library Science, 11).
20. RANGANATHAN, S. R. — *Classified catalogue code with additional rules for dictionary catalogue code.* London, Asia Publishing House, 1964, 644 p. (Ranganathan Series in Library Science, 2).
21. — — *Documentation and its facets.* London, Asia Publishing House, 1963, 639 p. (Ranganathan Series in Library Science, 10).
22. — — *Elements of library classification.* Bombay e outras, Asia Publishing House, 1959, 168 p. (Ranganathan Series in Library Science, 8).
23. — — *Library book selection.* London, Asia Publishing House, 1966, 436 p. (Ranganathan Series in Library Science, 16).
24. — e outros — *Free books service for all. An international survey.* Bombay e outras, Mysore Library Association — Asia Publishing House, 1968, 464 p. (Ranganathan Series in Library Science, 21).
25. SHARMA, Jagdish Saran — *The substance of library science.* London, Asia Publishing House, 1965, XII + 244 p.

26. SHERA, Jesse H. — *Documentation and the organization of knowledge. Edited and with an introduction by D. J. Fosket.* London, Crosby Lockwood & Son, 1966, XXI + 185 p.
27. — — *Libraries and the organization of knowledge. Edited and with an introduction by D. J. Foskett.* London, Crosby Lockwood & Son, 1965, XIX + 224 p.
28. SILVA, Manil — *Special Libraries.* London, Andre Deutsch, 1970, 96 p. (Grafton Basic Texts).
29. VOLLANS, Robert F., ed. lit. — *Libraries for the people. International studies in librarianship, in honour of Lionel R. McColvin, C. B. E., F. L. A.* London, The Library Association, 1968, XIII + 265 p. il.
30. WHITE, Carl M. — *Bases of modern librarianship. A study of library and practice in Britain, Canada, Denmark, the Federal Republic of Germany and the United States.* Oxford e outras, Pergamon Press, 1964, X + 126 p. (International Series of Monographs on Library Information Sciences, 1).
31. WISWANATHAN, C. G. — *Cataloguing. Theory and practice.* London, Asia Publishing House, 1965, XVI + 283 p.
32. — — *An introduction to public library organization with special reference to India.* New York, Asia Publishing House, 1961, XX + 201 p.
33. — — *Public library operations and services. A short manual.* Bombay e outras, Asia Publishing House, 1961, XV + 264 p.

Desejando a Redacção de «Cadernos» manter-se dentro do espírito que presidiu à generosa iniciativa do Dr. Carlos Estorninho, tem o gosto de informar que as obras doadas, assim como outras anteriormente obtidas, estão à disposição de todos os colegas, pois montaremos um serviço de empréstimo e reprodução. Por outro lado, se a situação económica, agora carregada de interrogações, o permitir, pensa-se difundir com regularidade um boletim com indicação das publicações entradas, incluindo sumários de revistas.

Desde já divulgamos a lista das publicações periódicas da especialidade recebidas por permuta na redacção de «Cadernos».

1. ARCHIVES ET BIBLIOTHEQUES DE BELGIQUE. Bruxelles. Association des Archivistes et Bibliothécaires de Belgique.
2. ASLIB PROCEEDINGS. London.
3. BIBLIOTHEKAR (Der). Zeitschrift für des Bibliothekswesen. Berlin. Zentralinstitut für Bibliothekswesen.
4. BOLETIN DE LA ANABA. Madrid. Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos.
5. BOLLETINO D'INFORMAZIONI, Roma. Associazione Italiana Biblioteche.
6. BULLETIN D'INFORMATIONS. Paris. Association des Bibliothécaires Français.
7. BULLETIN SIGNALETIQUE, Paris. Centre National de la Recherche Scientifique.
8. BULLETIN DE L'UNESCO A L'INTENTION DES BIBLIOTHEQUES. Paris.
9. COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. Chicago. Association of College & Research Libraries.

10. FEBAB. Boletim informativo. S. Paulo. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.
11. FID NEWS BULLETIN. The Hague.
12. GAZETTE (La) DES ARCHIVES. Paris. Association Amicale Professionnelle des Archivistes Français.
13. INFORMATIK. Information und Dokumentation in Wirtschaft. Berlin (DDR). Zentralinstitut für Information und Dokumentation und Wissenschaft.
14. LEABHARLANN (An). Dublin. Journal of The Library Association of Ireland.
15. LIBRARY ASSOCIATION RECORD. London. Library Association.

A Biblioteca Municipal de Alcobaça

Depois de catalogada, vai reabrir ao público a biblioteca municipal, encerrada há cerca de dez anos.

A biblioteca tem muitas obras de interesse, provenientes do património municipal e do antigo Gabinete de Leitura Alcobacense. Esse recheio primitivo vai ser actualizado com obras literárias modernas e valorizado com a aquisição de obras fundamentais da literatura portuguesa que esta biblioteca ainda não possui.

Funcionará, em princípio, das 10 às 20 h., admitindo-se, no entanto, a possibilidade de vir a ter um período nocturno, se o interesse do público leitor o justificar.

Uma oferta à Biblioteca Municipal de Aveiro

Valiosa oferta acaba de ser feita à Biblioteca Municipal de «Aires Barbosa» pelo Sr. dr. António Barbosa de Magalhães — cerca de quatro dezenas de obras de seu pai, o dr. José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães, que foi ilustre jurisconsulto, académico e homem público.

Na maioria são trabalhos forenses ou de jurisprudência, com algumas peças relativas às causas importantes em que interveio e à sua participação em sessões da Academia das Ciências. A bibliografia de autores aveirenses fica, assim, valiosamente enriquecida.

Movimento da Biblioteca de Aveiro

No mês de Fevereiro, a Biblioteca Municipal de «Aires Barbosa» registou 526 leitores, na quase totalidade diurnos. Foram requisitados 706 livros e 83 revistas e jornais.

Vai-se verificando, assim, um movimento crescente naquele estabelecimento, em grande parte devido à afluência de estudantes liceais.

Deram entrada na biblioteca 22 obras da autoria do dr. Marques Pereira sobre educação física, oferecidas pelo clube rotário aveirense.

Em Março, o movimento foi o seguinte: 507 leitores diurnos e 1 nocturno que requisitaram 620 livros e 65 jornais e revistas.

«Um livro para o nosso Liceu» — campanha dos rotários de Barcelos

Na última reunião dos rotários barcelenses, o dr. Armando Saraiva, professor liceal, congratulou-se pela oferta de livros feita pelo Rotary Clube de Barcelos, destinados à Biblioteca do Liceu desta cidade, em organização e ampliação (campanha iniciada num semanário local) e apelou ainda para que os rotários barcelenses, individualmente, oferecessem mais alguns volumes. Na continuação da sua intervenção, falou na possibilidade de se promover por toda a cidade uma campanha a fim de enriquecer a biblioteca daquele estabelecimento de ensino.

Aqui está uma iniciativa que não podemos deixar de aplaudir. Mas ocorre perguntar: será que as bibliotecas escolares hão-de viver apenas da caridade pública e de umas tantas boas-vontades? Para quando uma legislação oficial inserindo-as *em todos os nossos liceus* tal como já se vai fazendo com o equipamento desportivo? Quando veremos nós a estruturação e planificação de uma rede de bibliotecas escolares a nível nacional?

As Bibliotecas Municipais de Lisboa tiveram 142 575 leitores em 1971

As bibliotecas municipais de Lisboa — a Biblioteca Municipal Central, as 11 bibliotecas populares — de S. Lázaro (Rua do Saco), do Alvito (Bairro Dr. Oliveira Salazar), do Poço do Bispo (Vale Fundão), da Avenida Fontes Pereira de Melo, de Alvalade (Rua Teixeira de Pascoais), de Sete Rios (Bairro das Furnas), de Carnide (Bairro Padre Cruz), da Penha de França (Calçada do Poço dos Mouros, 2), de Belém (Rua da Junqueira, 297), do Bairro da Cruz Vermelha e dos Coruchéus (Rua Alberto de Oliveira), as 9 bibliotecas ao ar livre, instaladas nos principais jardins e parques e as 4 bibliotecas itinerantes — que percorrem mensalmente 48 dos mais populosos bairros, fornecendo obras para leitura domiciliária mediante o simples preenchimento de uma senha de leitura e prova sumária de residência — registaram, no ano passado, a frequência de 142 575 leitores (112 352 do sexo masculino e 30 223 do sexo feminino), que consultaram 78 793 livros e 258 828 publicações periódicas.

À excepção da Biblioteca Municipal Central e das bibliotecas ao ar livre, todas as outras bibliotecas têm empréstimo domiciliário do qual beneficiaram 421 919 leitores que requisitaram 103 767 volumes.

Muitos foram também os leitores (estudantes e estudiosos) que aproveitaram as salas de leitura das bibliotecas como salas de estudo para elaboração dos seus trabalhos escolares ou de investigação, quer utilizando apenas os seus próprios livros, quer socorrendo-se também de obras da biblioteca.

Esta nova missão das bibliotecas municipais de Lisboa — proporcionar nas suas salas de leitura ambiente calmo e propício à elaboração do trabalho intelectual, facultando ao leitor a consulta dos seus próprios livros — tem sido especialmente apreciada pelos leitores da Biblioteca Municipal Central, entre os quais se contam muitos alunos de cursos superiores.

A viagem aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral — tema de uma exposição na Biblioteca Municipal do Porto

Integrada nas Comemorações do Cinquentenário da Viagem Aérea de Lisboa ao Rio de Janeiro, empreendida e realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, foi organizada na Biblioteca Municipal do Porto uma exposição bibliográfica e iconográfica.

Usou da palavra o nosso colega dr. António Cruz, director da Biblioteca Municipal, que se referiu ao significado da exposição e prestou informações sobre o material nela patente, constituído por fotografias, revistas, jornais, caricaturas, caixas de fósforos brasileiras, etc., numa expressiva evocação da ressonância, em Portugal e Brasil, do extraordinário feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Exposição Bibliográfica e Iconográfica

Na Biblioteca Municipal do Porto, foi inaugurada a Exposição Bibliográfica e Iconográfica dedicada à Flor.

Numerosos livros com títulos e assuntos de flora estiveram expostos ao grande público durante alguns dias. A mostra literária incluiu obras com maravilhosas iluminuras, poesia, pintura, escultura e heráldica relacionadas com a flor.

Pela primeira vez foram apresentadas públicamente as flores da rainha D. Amélia, incluídas no volume «Mes Dessins».

Biblioteca Pública de Viseu

Foi o seguinte o movimento na Biblioteca Municipal durante o mês de Janeiro: volumes entrados, 16; consultados, 1 124; leitores: masculinos, 603; femininos, 259.

Biblioteca da Fundação Gulbenkian

1 — Serviços de leitura:

O Serviço de Bibliotecas continua a ampliar a área da sua actuação, estando presentemente em funcionamento, no Continente e nas Ilhas Adjacentes (Madeira e Açores), 67 bibliotecas móveis e 168 bibliotecas fixas que, no seu conjunto, servem 3 830 localidades, com população superior a 5 500 247 habitantes. O número de leitores atendidos em 1971 foi de 1 550 000, tendo sido requisitados mais de 5 500 000 livros; também no decurso do ano findo, e no seguimento da sua actividade cultural e de promoção social, o Serviço de Bibliotecas emprestou mais de 100 000 livros escolares; por intermédio da sua Biblioteca Central de Empréstimo, que se destina especialmente a fornecer livros culturais a leitores mais evoluídos, foram emprestadas 4 070 obras.

2 — Biblioteca Geral

A Biblioteca Geral prosseguiu a catalogação e classificação dos seus fundos, que foram acrescidos com a compra da Biblioteca de André Brun, a incorporação de obras e de revistas enviadas por vários Serviços da Fundação Gulbenkian e a aquisição de 2 548 obras seleccionadas e de setenta periódicos por assinatura, na sua grande maioria recentes, respeitantes a Arte, Literatura, História e Cultura Portuguesa, publicados tanto em Portugal como no estrangeiro. O conjunto de espécies dos diferentes fundos da Biblioteca Geral eleva-se presentemente a 73 000.

No decurso de 1971 inscreveram-se 1 083 novos leitores. A Biblioteca foi frequentada por 4 805 leitores, que consultaram 5 476 espécies, o que representa um aumento de 40% em relação ao ano anterior. Realizaram-se três exposições bibliográficas sobre Arquitectura, Expansão Portuguesa e aquisições recentes.

3 — *Publicações da Fundação em coordenação com os serviços de Bibliotecas:*

Durante este período foram publicados mais 3 números do «Boletim Informativo» — publicação distribuída gratuitamente; do «Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira» o vol. 11 (4) 1971 e do vol. 12, respectivamente os n.ºs 1, 2 e 3 de 1971.

4 — *Centro Cultural Português de Paris*

A biblioteca do Centro teve uma frequência de 2 500 leitores, com um movimento total de 8 000 livros e 2 000 empréstimos domiciliários.

Por intermédio do Serviço Internacional foram concedidas bibliotecas aos núcleos de emigrantes portugueses de Grenoble, Versailles, Villejuif, Tours, Aix-en-Provence, Dijon e Tourcoing.

Dentre as suas múltiplas actividades culturais destaca-se a exposição bibliográfica e iconográfica para comemoração do 1.º Centenário da «Geração Portuguesa de 70».

De salientar, as seguintes publicações: «Arquivos do Centro Cultural Português», vol. 4; da série «Memórias e Documentos para a História Luso-Francesa»: «Images du Portugal dans les Lettres françaises (1700-1755)»; «Les portugais à l'Université de Montpellier (XII^e — XIV^e siècles)» e «Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal (1799-1802)»; da série «Histórica e Literária»: «Regards sur la génération portugaise de 1870. Conférences», «La tragédie «Castro» d'António Ferreira» e «L'itinéraire Érasmien d'André de Resende»; da série «Publications du Centre Culturel Portugais (obras de especialistas franceses sobre assuntos portugueses)»: «Notes dominicales prises pendant un voyage au Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818» e «Le Portugal et le Congo au XIX^e siècle»; da série «Fontes Documentais Portuguesas»: «Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI^e — XIII^e siècles)» e o «Livro das igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal — 1754».

Póvoa de Varzim

No final de 1975 esta vila — que viva e justificadamente aspira ascender a cidade — verá concretizado um dos mais ambiciosos projectos a que se terá abalançado qualquer município português — uma Casa de Cultura.

Cinema, teatro, biblioteca, auditórios, salas de exposições, museu, tudo isto (e mais ainda) engloba o projecto poveiro, para o qual se esperam participações vultosas dos Ministérios da Educação Nacional, das Obras Públicas, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Aliás, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim vem desenvolvendo já intensa acção cultural e o edifício é um complemento imprescindível para a obra realizada. Assim o definiu o presidente da edilidade, sr. dr. António Moniz Arriscado de Carvalho Amorim, durante uma reunião de Imprensa que convocou no seu gabinete a fim de apresentar aos jornalistas o anteprojecto da «Casa da Cultura».

O edifício projectado, da autoria do arq. Carlos Garcia, da Junta Distrital do Porto, vai ser erguido numa zona central da vila, junto ao Palácio da Justiça, e vem de certa maneira colmatar uma lacuna de quatro décadas. De facto, foi nesses terrenos que há mais de 40 anos se iniciou a construção do edifício-sede do Orfeão Poveiro, obra que nunca chegou a concluir-se.

A construção ocupará uma área coberta de 1 100 metros quadrados, com uma frente de 37 metros, e custará cerca de 8 755 contos. Compreende cinco pavimentos: cave, onde serão instalados os vestiários do pessoal, serviços gerais, central térmica, serviços de apoio ao teatro, museu e biblioteca e instalações sanitárias; rés-do-chão, com um «foyer» aberto e amplo, com função polivalente que, além de átrio de entrada para o auditório, servirá como salão de exposições temporárias, auditório com 400 lugares, que poderá funcionar como teatro municipal e ainda como sala de conferências, cinema e outras iniciativas educacionais e culturais, biblioteca com cabinas individuais de leitura, salas de catálogos e serviços técnicos; no primeiro andar, situa-se o corpo principal do museu, uma sala de conferências para número limitado de espectadores, uma sala de trabalho ou aulas, gabinetes dos conservadores do museu e da biblioteca, cabinas de projecção para o auditório e um pequeno bar. No segundo e terceiro andares, projectam-se seis salas de aulas para iniciação musical, bailado, cursos de línguas e outras actividades culturais, arrecadação para material didáctico e gabinete para professores.

Uma biblioteca fora de série em França

Segundo uma pequena nota de leitura que Alain Buhler publicou no jornal francês «Le Monde» de 9-1-72, 44% dos franceses não leram nenhum livro em 1971. Foi, pelo menos, a conclusão a que o autor chegou compulsando as estatísticas da Comunidade Económica Europeia relativas a este ano. Bem vistas as coisas, portanto, o problema do livro — «fonte de prazer e meio de cultura» — não é apenas nosso mas estende-se à escala mundial.

Esse estado de coisas, lá como cá, tem inspirado certas iniciativas que pretendem superar os inconvenientes daqui originados. Entre elas acha-se a biblioteca de Clamart que foi criada em 1965 e logo instalada num edifício especialmente concebido para ser uma espécie de «Casa da Infância» (os seus frequentadores habituais vão dos quatro aos catorze anos), instalado no centro de uma enorme cidade operária de H. L. M. Conta já hoje mais de oito mil volumes, alguns em línguas estrangeiras, sendo dirigido por um pessoal muito qualificado e recebendo até estagiários de diversos países que aí vão estudar o funcionamento de uma das melhores bibliotecas infantis de França.

Os mais pequenos dos seus frequentadores podem deslumbrar-se com as estampas e os bonecos que nela encontram, enquanto os mais velhos «aprendem a ler» no silêncio — mãos limpas e pés descalços! Uma sala de projecção circular permite apresentar filmes e diapositivos, assim como escutar os discos que acompanham os livros. Aqui, o áudio-visual não é um inimigo mas um aliado. O mais notável, porém, é a sala de trabalho onde grandes mesas, de alturas variáveis, permitem que as crianças se entreguem, com toda a liberdade, a numerosas actividades: elaboração de jornais e de livros, pintura, arte dramática com bonecas, etc..

A maior parte das cinco mil crianças da cidade frequentam todos os meses, um dia ou dois pelo menos, este estabelecimento fora de série. Nos sábados chegam a contar-se mais de quinhentos jovens. E em certo domingo, dia de encerramento, porque os funcionários se tinham esquecido de fechar a porta à chave, foi-se dar com pequenos sentados em frente das estantes, lendo calmamente na ausência de qualquer adulto; nada tinha sido partido, nenhum livro tinha desaparecido!

Poucas crianças em França (e em Portugal e em todo o mundo) podem beneficiar de biblioteca semelhante à de Clamart. E agora, que ela vai ser administrada pelo Ministério da Educação Nacional (orçamento anual = vinte e cinco milhões de francos antigos), a sua directora desejaria criar bibliotecas-satélites nos estabelecimentos escolares da região, o que evitaria aos professores e alunos grandes deslocações.

A biblioteca de Clamart não é ultra-moderna nem revolucionária: há mais de trinta anos que os seus métodos são conhecidos, como se pode comprovar atendendo a que a célebre biblioteca «A Hora Feliz» foi fundada, em 1924, no bem parisiense Bairro Latino. Não nos extasiemos, portanto: há muito para fazer (!).

O livro e a cultura no Brasil

O jornalista Nuno Simões publicou na edição de 18 de Fevereiro passado de «O Primeiro de Janeiro» mais outro dos seus judiciosos artigos sobre a conjuntura actual do livro e da cultura no grande País Irmão. «Cadernos», que já reproduziram largos extractos de artigo anterior, não podem, desta vez, deixar de dar por inteiro a prosa brilhante de Nuno Simões, valorizada ainda pelas transcrições de um artigo da grande escritora Raquel de Queirós. Trata-se de facto de uma leitura onde todos nós temos um pouco a aprender...

EM PROL DO LIVRO E DA CULTURA NO BRASIL

«O número de Janeiro do «Jornal de Letras», do Rio, abriu por um excelente artigo de Valdemar Cavalcanti sobre Literatura brasileira 1971, em que começou por perguntar se o ano findo teria sido bom para o livro brasileiro. E ele próprio respondeu que, apesar das muitas dificuldades que teve de enfrentar, tanto industrial como comercialmente, lhe pareceu que o saldo foi ainda favorável.

E vá de registar factos marcantes que o confirmam.

O ilustre colunista literário de «O Jornal» foi citando: 1) A política de co-edições de iniciativa do Instituto Nacional do Livro, do Conselho de Cultura e de algumas universidades, especialmente da de S. Paulo; 2) A realização de encontros de editores, livreiros e escritores para o estudo de problemas comuns de cada classe, com fixação de linhas objectivas de acção conjugada; 3) Criação de novos prémios literários para fins de estímulo à criação intelectual e correcção monetária de alguns já existentes; 4) Agrupamento de editores, com vista à execução de projecto de maior porte e utilização mais racional de recursos, até de computação electrónica no controle de vendas; 5) A realização em vários centros do País de feiras e exposições de livros com sentido promocional e de comunicação e convívio entre editores, escritores

(¹) No mesmo número de «Le Monde» e devido à pena de Annie Coudray, encontra-se uma outra nota de leitura relativa ao primeiro museu para crianças organizado em Paris. Situado no Jardim do Luxemburgo, os seus objectivos semelham, no campo artístico, os que a biblioteca de Clamart prossegue no domínio da leitura. Uma das actividades a que se propõe é a criação de um centro de informação e documentação sobre os diversos museus de França, assim como um centro de animação e de difusão cultural para as crianças. Pretende-se que mais tarde exposições itinerantes percorram todas as províncias francesas para que o maior número possível de jovens possa aproveitar os benefícios desta iniciativa.

e leitores; 6) Planejamento de distribuição de livros no país; 7) Projecção de livros brasileiros e portugueses no exterior; 8) Melhoria apreciável do livro didáctico, com aperfeiçoamento da técnica de transmissão de conhecimentos; 9) Interesse cada vez maior nos círculos intelectuais e universitários pelo estudo de problemas de comunicação, inclusive comunicação literária, com a proliferação de cursos em diferentes níveis; realização de um Congresso Brasileiro de Comunicação e publicação de várias obras de autores nacionais e estrangeiros; 10) Intensificação da campanha de criação de bibliotecas e salas de leitura em todos os municípios e em particular nos hotéis de termas e turísticos, de modo a facilitar a leitura a aquistas e turistas que procurem valorizar e completar os seus conhecimentos sobre a consciência cívica do País.

Mas Valdemar Cavalcanti não se contentou com isso. Procurou inventariar todos os actos de expansão cultural e todas as colaborações de instrução. E muitas foram, além das antes citadas e que mereciam e merecem menção.

O próprio Valdemar Cavalcanti, no mesmo número do «Jornal de Letras» escreveu a respeito de Festas do Livro em todo o país o seguinte, com o justo elogio do jornalista Jorge de Azevedo, de quem disse que «é ainda muito cedo para se avaliar, com exactidão, quanto os autores e editores brasileiros lhe ficarão a dever pelo que ele tem feito pela difusão do livro. E o que foi? Nada mais nada menos do que «homem de espantosa capacidade de trabalho e invulgar tenacidade, pôs-se um dia a bolar coisas com o objectivo de despertar, em diferentes meios, o gosto pela leitura. Primeiro, teve a ideia de criar pequenas bibliotecas em hotéis de boa categoria, existentes no interior de Minas Gerais. Mas que depressa se pôs em campo, disposto ao que desse e viesse. Em São Lourenço encontrou terreno próprio para a sementeira: o Hotel Primus quis ser o pioneiro e criou um salão biblioteca, promovendo um encontro de escritores e jornalistas que marcou época. Outros hotéis foram na esteira. E aí o jornalista mineiro partiu para uma jogada corajosa: realização de Festas do Livro em todas as capitais do país, cada uma com o seu programa de mesas-redondas, feiras de livros, actos públicos de homenagem à memória de escritores notáveis, encontros de autógrafos, recitais — um vale-tudo literário. Pois não se deixou ficar de braços cruzados, deixando a ideia amadurecer: saiu pelo Brasil a fora, descendo do avião e logo entrando em contacto com governadores, deputados e prefeitos, articulando tudo com os escritores mais importantes de cada Estado, forçando a barra para a criação imediata de comissões organizadoras locais. Resultado: está praticamente organizado o calendário das Festas do Livro, que terão projecção especial nas comemorações culturais do Ano Internacional do Livro entre nós. Tudo graças à pertinácia e à astúcia de Jorge Azevedo».

No mesmo sentido, Valdemar Cavalcanti insistiu no assunto com o título: «Livro: indústria de base». E escreveu:

«Estamos esperando que o governo venha a tomar, quanto antes, medidas para colocar a indústria do livro na condição de indústria de base. Os editores e livreiros formularam um apelo nesse sentido. Num país como o nosso, a indústria editorial enfrenta problemas semelhantes aos das demais indústrias e precisa ter o mesmo tratamento de tais indústrias». Assim me falou o editor Leonídio Balbino da Silva, da Lisa-Livros Irradiantes. Acha ele que se deve promover um campanha nacional, de carácter sistemático, no sentido da ampliação do mercado de livros, para que assim possam ser aumentadas as tiragens e barateado o produto. É preciso ampliar a rede de bibliotecas e de salas de leitura em todo o país. O trabalho realizado com esse objectivo pelo Instituto Nacional do Livro merece apoio. Acha L.B.S. que o problema da distribuição dos livros é dos mais graves, dada a extensão territorial do país e em virtude do alto custo dos transportes. Reduzido, ainda, o número de livrarias. A Alemanha, com uma população de 60 milhões de habitantes, conta com cerca de 7 mil livrarias; o Brasil, com 92 milhões

tem apenas 500. L.B.S. diz que não tem fé na empresa paternalista, e sim na empresa democratizada: «As empresas editoriais precisam ter bastante capital de giro, porque de contrário não se expandem. Temos que aproveitar melhor os incentivos que o governo proporciona, agora, para fusões, incorporações e abertura de capital das pequenas e médias empresas. Precisamos abrir o capital de nossas fábricas de livros, como algumas já fizeram, com êxito».

E não parou por aí, pois pediu a ajuda a Rachel de Queirós, a grande escritora que lha deu, com entusiasmo, em um magnífico artigo «Chamada aos homens ricos» em que apelou para a mecanização dos grandes empresários e, com autoridade e entusiasmo, escreveu em O JORNAL:

«O professor, escritor, historiador, Arthur César Ferreira Reis, o grande governador do Amazonas, durante a presidência de Castelo Branco e actual presidente do Conselho Federal de Cultura, foi visitado por um seu antigo secretário de Estado, o Sr. Alberto Rocha. Vinha esse cavalheiro como representante de um grupo de homens de empresa do Amazonas que haviam determinado empregar suas verbas, destinadas antes à publicidade, na edição de livros de estudo amazônicos, e, especialmente, livros sobre o estado do Amazonas.

Procuravam o professor Arthur Reis como reconhecida autoridade no assunto, para lhes indicar nomes de obras a serem publicadas. E já está resolvido que o primeiro volume impresso será a reedição dos Relatórios sobre o Saneamento da Amazônia, de Oswaldo Cruz, e o segundo volume será o estudo sobre o clima e a saúde na Amazônia, de Afrânio Peixoto.

O inventor dessa belíssima iniciativa, diga-se e repita-se para que o seu nome seja devidamente lembrado e louvado, é o empresário amazonense Felipe Dau. FELIPE DAU.

No Brasil (digo isso desde que comecei a escrever), no Brasil, os homens ricos, na sua grande maioria, ainda não aprenderam os deveres de quem é rico. Achem que ser rico é só acumular capital e propriedades, mandar os filhos estudar em Londres, pagar decorador italiano, fazer estação de esqui na Suíça (onde invariavelmente quebram a perna), dar à mulher vestidos de costureiro francês, fechar botequim para fazer réveillon. Isso é o luxo máximo, a glória. Ser rico, para eles, só pode ter duas faces: ser avarento ou ser pródigo. Na verdade quase sempre se comportam como novos-ricos — principalmente porque são mesmo novos-ricos.

Poucos deles entendem o dever social da riqueza, única forma de fazê-la perdoar pelo povo, nestes tempos de reivindicações abertas. Dentro da sociedade capitalista, a riqueza não pode mais ser o gozo irresponsável de um poder ocasional; tem que ser um múnus, um mandato, quase um ofício público. Os ricos dos países onde as fortunas são antigas e sólidas já aprenderam isso. Além do que lhes ensina forçadamente o fisco, tomando-lhes uns 90% de renda no imposto sobre a dita e outras substancialíssimas fatias, a cada transmissão por venda ou herança.

Todo o milionário que se respeita, na terra por excelência dos milionários que são os Estados Unidos, dá grande quinhão dos seus bens para universidades, bibliotecas, museus, centros de pesquisas e outras fundações de carácter cultural de variadíssimas finalidades. Dantes, quando eles confessavam haver pobres por lá, doavam dinheiro para hospitais e obras pias; mas depois da chamada afluência, dedicam-no de preferência às instituições de cultura.

No Brasil é raríssimo um Castro Maia que, vivo ainda, já abria à visitação pública o seu raro acervo de obras de arte e, morto, deixou de herança ao povo suas casas de residência, transformadas em museus autofinanciados.

E agora temos essa luminosa iniciativa que vem lá do Norte. Pois convido os outros homens de empresa do Norte e do Nordeste a seguirem o lindo exemplo. E olhem, senhores, a ideia de inverter em obras de cultura parte substancial de suas verbas de publicidade acaba dando lucros, porque não deixa de ser uma forma superfina de publicidade. O estudante ou professor que vir num livro de estudo a chancela «editado pela empresa tal», associará para

sempre aquele livro àquela empresa; e essa é, em essência, a finalidade da mensagem publicitária: tornar lembrado o nome do anunciante.

Apelo para os homens ricos do Pará, do Maranhão. Para Juca Chaves, o nosso homem do Piauí. No Ceará temos o audaz capitão de indústria e comércio Edson Queirós que a gente via de longe no tempo em que ele era só rico, mas que agora chamo, com carinho, meu primo Edson Queirós, depois que ele é fundador de uma universidade. Na Paraíba apelo para os ricos Irmãos Rique que, saindo de um banco em Campina Grande, já se espalham pelo Brasil todo e tiveram a ideia genial de fazer de Pelé um dos seus directores.

Empresários de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, homens ricos de terra pobre, a responsabilidade dos senhores ainda é maior que a dos ricos de terra rica.

E, verifiquem: cultura dá dividendo, ciência é a pura fonte de todo o progresso. Verba gasta com cultura não é despesa, é inversão; é emprego de capital, o emprego excelente, que devolve mil por um.

Além de tudo, Deus abençoa. E, além das bênçãos de Deus, pode-se descontar no imposto de renda!».

Assim, sim. Assim compreende-se uma campanha em favor do livro e da cultura. Mas campanha em que os homens de dinheiro ou de poder se dêem mãos e sigam o exemplo dos verdadeiramente grandes e poderosos que sabem o que são os seus deveres e os cumprem, com satisfação e alegria, pensando nos centos de milhares de infelizes que não sabem ler nem escrever nem contar e que sentem a falta insuprível e absoluta que, para a sua vida essa carência constitui».

Exposição de livros de bolso franceses

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, esteve patente a um público numeroso e interessado uma exposição — «Livres de poche» — organizada pelo Instituto de Estudos Franceses em Portugal. Pode dizer-se que cobria quase todos os domínios do conhecimento, com especial relevo para a literatura e para a arte. Dentre os diversos catálogos e boletins, quase todos de excelente aspecto gráfico e de manejo fácil, distinguimos: *Catalogue de l'Union des Editeurs de Littérature* — no qual a bibliografia se apresenta segundo as divisões da C. D. U.; *Catalogue de collections au format de poche-1970*, do Cercle de la Librairie, com o mesmo critério de selecção bibliográfica; *Bulletin critique du livre français* que, como o título indica, é uma bibliografia crítica das obras recentes publicadas em língua francesa.

Os clássicos da literatura francesa e estrangeira estavam aí representados em edições sóbrias, bem ilustradas, com todos os requintes de boa impressão que não descurou sequer a qualidade do papel e as belas ilustrações a cores...

Das Editoras Garnier-Flammarion: Stendhal, Descartes, Daudet, Rousseau, Colette, La Fontaine, Voltaire, V. Hugo, Flaubert, Bossuet, Villon, Beaumarchais, M^{me}. de Lafayette, Baudelaire, Molière, Racine, Balzac, Zola, Rimbaud, a Shakespeare, Virgile, Xénophon, Homère...

Gallimard-«Pour une bibliothèque idéale»: Breton, par Philippe Audoin; Camus, par Jean Claude Brisville; Montherlant, par Henri Perruchot...

Gallimard-«Idées»: Histoire de la révolution française; Le roman français depuis la guerre; Histoire de la France; Histoire du nouveau théâtre; La commune...

Flammarion-«Les petits classiques de l'art»: Manet, Toulouse Lautrec, Le Corbusier, Rembrandt...

Flammarion-«Images et idées»: Sens et destin de l'art; Greco ou le secret de Tolède...

Bordas-«Univers des Lettres»: Stendhal, André Gide, Anatole France...

Presses Universitaires de France-«Collection SUP»: La tragédie grecque; Qu'est-ce que le romantisme?; Le socialisme de la Renaissance à nos jours; Pédagogie progressiste; Epistémologie; Démographie sociale...

Casterman/poche-«Mutations-Orientations»: L'architecture mobile; L'art: Pourquoi faire?; La médecine en mutation; Démence et mort du théâtre; Plasticité...

Casterman/poche-«Enfance-Education-Enseignement»: L'enfant, l'architecture et l'espace; La dyslexie de l'enfant; Pédiatrie à l'usage des parents; l'initiation musicale des jeunes; les mathématiques nouvelles...

Seghers-«Théâtre de tous les temps»: Jean-Louis Barrault, Pirandello, Anouilh, Claudel, Ionesco, Albee...

Seghers-«Les maitres modernes»: Albert Camus, Jacques Nantet, Tocqueville, Lukacs, Levi-Strauss...

Seghers-«Cleps pour...»: Clefs pour la littérature; Clefs pour la psychanalyse; Clefs pour une nouvelle église; Clefs pour le cinéma; Clefs pour l'écologie...

Seghers-«Philosophes de tous les temps»: Hegel; Leibniz; Kierkegaard; Spinoza; Unamuno; Saint Thomas d'Aquin; Platon; Bergson; Gabriel Marcel; Jean-Paul Sartre; Descartes; Russell; Jaspers; Melanchton; Ortega y Gasset; Nietzsche; Teilhard de Chardin; Hume; Marcuse; A. Comte; Lenine; Pascal; Kant; Thomas More...

Armand Colin-«Collection U2»: Documents d'histoire moderne; Le conflit sino-soviétique; La musique anglaise; Eléments de linguistique générale; De La Littérature au cinéma...

Armand Colin-«Dossiers Sciences humaines»: Surpopulation et malnutrition; Le syndicalisme contemporain; Fascismes et idéologies; Les Etats-Unis contemporains; La révolution énergétique de notre temps; Les crises du monde rural; Où vont les villes?; La France et les français de 1939 à 1945; L'idée européenne; L'U.R.S.S. depuis la mort de Lénine...

Porquê uma tão longa enumeração? Apenas para dar ideia do nível e variedade das obras facultadas às grandes massas de leitores franceses. Só assim é possível falar em *massificação da leitura*... mercê da superabundância de uma literatura cuidada e acessível a todas as bolsas...

E o que se passa entre nós neste capítulo? Deixemos falar G[aspar] S[imões] ⁽¹⁾ que, a propósito desta exposição na Biblioteca Nacional, traça uma breve história do livro de bolso e apresenta os contrastes entre outros países e o nosso:

«Para quando uma exposição de livros de bolso ingleses? Foram, de facto, os ingleses que lançaram a moda muito antes dos franceses, com os seus «Pocket Book», inundando os mercados da Europa e da América. Explicava-se que assim fosse, uma vez que o livro inglês, encadernado ou cartonado, em sólidas e belas edições, tinha necessariamente, de ser caro, tornando-se, portanto, proibitivo para o common reader. A colecção Pinguin, na esteira da mais antiga biblioteca, editada na Alemanha, a Tauchnitz Edition, apareceu em concorrência com as precursoras, a Everyman's Library e The World's Classics, estas em livros ainda cartonados, mas a preços populares.

(1) Em «O Primeiro de Janeiro», de 13-5-72, na rubrica «Dia-a-dia alfacinha».

Quando é que nós, portugueses, começámos a publicar livros de bolso? Que eu saiba, só depois da Segunda Grande Guerra apareceu em Portugal a primeira colecção de livros em pequeno formato, destinados ao leitor de poucos recursos, sob a insígnia de «livros de algibeira». Mas já no princípio do século, se me não engano, dirigida por Eugénio de Castro, houvera uma biblioteca de pequeno formato, e baixo preço, conhecida por Horas de Leitura. Esta biblioteca e as demais que por algum tempo correram no mercado português não se apresentavam, porém, com o carácter dos pocket books ingleses e norte-americanos. Não eram de livros completos, mas apenas de pequenos contos, novelas ou breves trechos críticos e ensaísticos. O tipo cem por cento «pocket book» só muito recentemente fez a sua entrada em Portugal, e, mesmo assim, com reduzido número de páginas ou em volumes abreviados.

A França só se lembrou da solução britânica — a do chamado «livre de poche» — quando os seus livros de fundo atingiram preços de tal modo elevados que só as bolsas bem recheadas se podiam adquirir. E não foi tanto por razões de ordem interna como por exigências do mercado externo, visto a sua editoria correr o risco de perder os tradicionais mercados — o nosso, por exemplo.

Porque esperamos nós para seguir o exemplo da Inglaterra, da França, da América, da Itália, da própria Espanha? Já dispomos de duas ou três colecções de livros de bolso? É certo. O principal está, porém, ainda por publicar, em edições baratas, e não de reduzidas proporções — abreviadas ou completas —, as obras-primas da literatura nacional. Para quando uma biblioteca de algibeira onde figurem todos os grandes autores portugueses, em edições acessíveis no preço e integrais na composição?».

O Ano Internacional do Livro assinalado no Vaticano com uma exposição bíblica

O Papa Paulo VI e o director-geral da UNESCO, René Maheu, inauguraram uma exposição bíblica que reúne cento e cinquenta manuscritos, códices, do séc. III ao séc. XVI, de valor incalculável.

Um dos livros aí expostos, a Bíblia de Gutemberg (o 1.º incunábulo), está calculado em mais de 53 000 contos. Todos os outros documentos são únicos. Um dos mais preciosos é o «Papyrus Bodner» (séc. III) que, oferecido a Paulo VI por Martin Bodner, em 1969, contém em caracteres gregos, muito nítidos, cartas de São Pedro. Na referida exposição pode-se ver também o famoso «Códice B», um dos manuscritos mais completos e mais antigos da Bíblia (séc. IV), um rolo do séc. IX, contando em banda desenhada a história de Josué, segundo um original anterior. O livro mais volumoso é uma bíblia em hebraico, a «Bíblia de Volterra», único despojo de guerra que o «condottieri» Frederico de Montefeltro exigiu quando, no séc. XV, conquistou a cidade. Outra espécie famosa é a chamada «Bíblia De Gaulle», oferecida pelo general a João XXIII, em 1959. Foi composta na corte de Anjou (séc. XVI) e está ilustrada com preciosas iluminuras.

Pode dizer-se que todas as línguas do mundo têm aí representação: desde o sírio ao etíope, passando pelo aramaico, o latim e o árabe. Há mesmo um saltério «pentaglot» proveniente do Mosteiro de S. Macário (junto do delta do Nilo) com o texto em etíope, sírio, bohairico, árabe e arménio e disposto em cinco colunas paralelas.

A exposição, que estará aberta ao público durante um ano, foi organizada sob o patrocínio da Unesco, em comemoração do Ano Internacional do Livro.

O Prémio Andersen 72

O escritor norte-americano Scott o'Dell foi o vencedor do Prémio Hans Christian Andersen, tendo sido atribuídas menções honrosas a Maria Gripe, da Suécia, Ana Maria Matude, de Espanha, Sergei Mihalkov, da União Soviética, Gotfried Preussir, da Alemanha Ocidental, e Colette Oivier, da França. Por sua vez, o ilustrador Ib Spang Olsen, da Dinamarca, triunfou nesta modalidade, tendo conquistado menções honrosas o sueco J. Bjorn Berg, Elizabeth Cleaver, do Canadá, Félix Hossman, da Suíça, Janosch, da Alemanha Ocidental, Adolf Zabranski, da Checoslováquia, e Petros Zambelillis, da Grécia.

Esta decisão do júri do I.B.B.Y. (Organização Internacional para o Livro Infantil e Juvenil), que reuniu pela primeira vez no nosso país, fez deslocar a Portugal inúmeros especialistas de literatura infantil e juvenil. Foi também a primeira vez que, entre os concorrentes de 13 países, surgiu uma representante portuguesa, a escritora Lília da Fonseca.

Os nomes dos galardoados foram anunciados, durante uma conferência de Imprensa efectuada no Museu João de Deus, pela presidente do júri Virgínia Haviland. Antes da leitura dos nomes dos vencedores, a escritora Lília da Fonseca pediu um minuto de silêncio em homenagem à memória de Jella Lepman, grande incentivadora da referida organização, à qual dedicou vários anos de trabalho e de fé entusiástica.

Com efeito Jella Lepman, defensora da causa da paz, decidiu fundar em Munique, logo a seguir à «Segunda Grande Guerra», uma biblioteca internacional para a juventude e, em Zurique, esta organização internacional, pois acreditava firmemente que a expansão de bons livros infantis era factor de paz e compreensão entre os homens. Como complemento de toda esta actividade surgiu o Prémio Andersen, a atribuir de dois em dois anos a um «escritor vivo que tenha servido, por uma obra notável, a causa da boa literatura destinada aos jovens e às crianças».

Os galardoados serão homenageados em Nice durante o mês de Maio.

Passou em silêncio o Dia Internacional do Livro Infantil!

Em 2 de Abril celebrou-se em todos os países o Dia Internacional do Livro Infantil. No entanto, em Portugal, o dia não foi assinalado. As razões que explicam (!) o facto são várias: em primeiro lugar a quase inexistência de bibliotecas infantis onde, nesse dia, normalmente decorrem (em países estrangeiros) as iniciativas relacionadas com o livro e com a leitura; depois, a pouca representatividade do livro infantil português, na sua maior parte confinado a traduções e adaptações de autores estrangeiros; por fim, e isto é muito importante, a indiferença dos organismos oficiais responsáveis e da própria escola...

A única iniciativa, a título excepcional, digna de registo partiu da Associação Portuguesa para a Educação pela Arte que expôs na Casa da Imprensa cerca de quinhentos desenhos infantis inspirados em obras literárias. Aí ocorreu o júri internacional do prémio Andersen que, como é sabido, este ano reuniu no nosso país.

Enquanto isto, organismos internacionais do âmbito da ONU ligados à cultura e à infância — designadamente a UNESCO e a UNICEF — esforçam-se por desenvolver a leitura infantil a nível mundial, sobretudo nos países que costumamos designar por subdesenvolvidos (ou em vias de desenvolvimento). É que a promoção humana e cultural da criança é a melhor garantia

da promoção social e económica de um país. O livro, veículo de cultura, de educação, destrói as barreiras que se interpõem nas sociedades, é o grande factor da democratização...

Mas o bom hábito da leitura não se radica sem o apoio dos governos e a sólida adesão de todos.

Comemorações do Ano Internacional do Livro

Na sede do Sporting das Lages (Coimbra) foi aberta ao público, no dia 24 de Abril, a primeira de uma série de «Feiras do Livro» a realizar em várias localidades pelo Ateneu de Coimbra e pela Cooperativa Unitas.

A feira encerrou no dia 30 seguinte, com um espectáculo de Teatro de Fantoques dedicado às crianças, às quais foram distribuídos diversos livros infantis.

Bibliografia Portuguesa em Chicago na Newberry Library ⁽¹⁾

Na Biblioteca «Newberry», em Chicago, existem cerca de doze mil volumes e centenas de manuscritos sobre a História de Portugal... O fundador dessa colecção, de valor incalculável, (contendo primeiras edições únicas e documentos literários até aqui inéditos), William Greenlee, foi reconhecido, pouco tempo antes da sua morte em 1953, pelo governo português como grande impulsionador da difusão da cultura lusitana nos Estados Unidos, sendo agraciado com a Ordem de Santiago.

A «Newberry Library» tem recebido valioso apoio financeiro da Fundação Gulbenkian e ultimamente tende a ser reconhecida, cada vez mais, como um importante centro de investigações e altos estudos humanísticos, mesmo à escala internacional.

São numerosos os investigadores de diversas nacionalidades, que demandam Chicago, procurando documentar-se nessa biblioteca sobre a História e Literatura portuguesas.

A juventude norte-americana interessa-se em ritmo crescente pela cultura portuguesa, e muitos estudantes defendem as suas teses de licenciatura com trabalhos sobre a história e literatura lusitanas.

Portugal de ontem, — e de hoje, — ocupa justificado destaque nos constantes colóquios, simpósios e conferências, que se realizam na biblioteca Newberry em Chicago.

O dr. Holden Hall, conservador desta biblioteca, no mais puro português, fez uma palestra ultimamente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas acerca da política ultramarina.

A «Newberry Library» foi fundada em 1887 e a sua colecção geral é de cerca de 700 000 volumes e cinco milhões de manuscritos... A «Greenlee Collection», que reúne 12 000 volumes e centenas de manuscritos sobre a história portuguesa e brasileira, anterior ao período da independência, é de grande repercussão.

Assim cresce o interesse pela nossa cultura neste país que devíamos seguir e imitar, como descendentes duma grande nação de que nos devemos orgulhar e expandir o nome e a língua. (MARIA A. C. ROGERS)

(1) Extraído de «Portuguese Times», 1-3-72.

Exposição de livros ingleses no Instituto Britânico

Sob o patrocínio do British Council, a National Book League secundada pelo College of Special Education realizou uma exposição de duas centenas e meia de livros e de algumas revistas, recentemente publicados em Inglaterra, sobre o ensino especializado para crianças diminuídas.

A exposição, destinada a percorrer vários centros educativos da Europa, esteve patente no Instituto Britânico em Lisboa e foi completada com a projecção de filmes sobre o tema: «Como lidar com crianças subnormais»; «assistência e recuperação dos diminuídos»; «escola diurna para crianças com paralisia cerebral»; «stress — pais com filhos diminuídos».

O tema parece oportuno no momento em que o ministro da Educação Nacional, procurando fazer frente ao problema da debilidade intelectual numa parte da população escolar infantil (10% seguindo as estimativas oficiais), acabou de anunciar a próxima criação de um instituto destinado à formação de professores qualificados para o ensino de crianças diminuídas ou inadaptadas.

O IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas»

Vários países se associaram às celebrações do IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas», promovendo exposições, realizando colóquios, cursos e conferências e publicando bibliografia camoneana.

Assim, além da grande exposição bibliográfica e iconográfica sobre «Os Lusíadas» que a comissão executiva das comemorações levou a efeito na Biblioteca Nacional de Lisboa e das exposições a realizar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca do Palácio dos Duques de Bragança em Vila Viçosa, na Biblioteca Pública de Ponta Delgada e no Palácio de S. Paulo, na ilha de Moçambique, estão previstas além fronteiras exposições camoneanas.

No Brasil: no Real Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Nacional, na Casa de Rui Barbosa e em outras instituições culturais.

Em outros países: na Biblioteca Municipal de Würzburg (Alemanha), na Biblioteca Real de Bruxelas (Bélgica), na Universidade de Vancouver (Canadá), na Palácio dos Congressos e Exposições em Madrid, e na Universidade de Salamanca (Espanha), na Biblioteca do Congresso (U. S. A.), no «British Museum», no «King's College», da Universidade de Londres, na Universidade de Liverpool (Inglaterra) e na Biblioteca Real de Estocolmo (Suécia).

Feira Internacional do Livro em Bruxelas

«Ciência e Consciência»: tal foi o tema deste ano na 2.ª Feira Internacional do Livro que se inaugurou em Bruxelas no dia 11 de Março passado: 1 100 editores do mundo inteiro, 120 mil livros, 334 «stands», mais de 100 000 visitantes, eis os números que mostram a importância desta exposição.

Houve sessões consagradas ao livro histórico, ao livro científico e técnico, ao livro fantástico, ao livro de viagens e de férias e muitos «stands» de literatura religiosa, entre os quais alguns de seitas misteriosas como as Baha'ies e a Iscon.

Reuniões de valorização profissional

Lisboa

No passado dia 19 de Janeiro, a colega Alda Cabral apresentou e desenvolveu o tema «Cooperação internacional em matéria de documentação».

Todos os que estiveram presentes seguiram com muito interesse a leitura do trabalho; no final, e como já vem sendo hábito, a nossa colega esclareceu todas as dúvidas que foram levantadas, dando-nos, assim, uma possibilidade de melhor conhecer e, possivelmente, utilizar o serviço de cooperação em que está empenhada.

No passado dia 22 de Março, efectuou-se, na sala do Secretariado da Presidência do Conselho, uma reunião profissional em que o Dr. Filipe Oliva fez uma exposição sobre «Bibliotecas para Cegos». Entre os assistentes, encontravam-se a colega Fernanda de Brito, que se deslocou especialmente a Lisboa, e muitas outras pessoas interessadas nos problemas dos cegos, entre elas professores e invisuais.

Coimbra

Decorreu na Faculdade de Letras mais uma reunião mensal de valorização profissional dos bibliotecários e arquivistas desta cidade, que teve como tema principal uma exposição feita pela colega Lucília Matos Paiva, bibliotecária da Faculdade de Farmácia de Coimbra.

A sua palestra incidiu sobre as conferências proferidas na Biblioteca Nacional de Lisboa, de 25 a 28 de Janeiro findo, pelo Prof. Dr. Vítor Pena, director da Divisão para o Desenvolvimento da Documentação da Unesco e técnico da O.C.D.E., que, a convite do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, se deslocou ao nosso país com o objectivo de tratar o tema «Informação educativa» (1).

No final, estabeleceu-se debate sobre as questões abordadas e, por último, foram prestadas informações várias de interesse geral.

Colóquio da Liga das Bibliotecas Europeias de Investigação

A Liga das Bibliotecas Europeias de Investigação pretende realizar em Bordéus, de 24 a 26 de Outubro próximo, um colóquio subordinado ao tema: «O investigador na biblioteca». Para dar corpo a esse desejo, o Instituto de Literatura e de Técnicas Artísticas de Massa (ILTAM) distribuiu mil questionários por investigadores de todos os países da Europa, em função dos seus domínios de investigação e da sua repartição geográfica e linguística. Será a partir dos dados assim obtidos que se apresentarão as conclusões do Colóquio.

Embora o programa definitivo do Colóquio não se encontre ainda fixado, pensa-se que os temas gerais a tratar serão os seguintes:

1. Acolhimento e livre acesso à biblioteca.
2. A formação do investigador como utilizador.

(1) Nas suas várias conferências este conceituado técnico mostrou o interesse e a necessidade do planeamento e da criação de um Serviço Nacional de Informação Educativa, indispensável como meio de apoio a qualquer reforma da Educação.

3. Biblioteca central ou bibliotecas descentralizadas.
4. O documento à disposição do leitor (empréstimo, fotocópias, telex, etc.).
5. Primeiras conclusões:
 - a) relações entre o bibliotecário e o investigador
 - b) a inserção do bibliotecário na vida universitária.

Conclusões gerais.

O Colóquio será presidido pelo Prof. Robert Escarpit, director do ILTAM. Cada um dos temas indicados será iniciado com a apresentação do resultado do inquérito e por uma exposição introdutória muito breve feita por um investigador (sobre os pontos 1,3,4, ou por um bibliotecário 2, 5a e 5b). Um grupo de bibliotecários e de investigadores (preparados antecipadamente) animará o debate sobre cada uma das questões.

Reuniões da FID e da IFLA em Budapeste

De 28 de Agosto a 12 de Setembro de 1972 realizar-se-ão em Budapeste as habituais reuniões internacionais da FID e a 38.ª sessão do Conselho geral da IFLA.

Um Seminário e um Congresso da FID terão respectivamente por temas: «Organização dos serviços de informação em países em vias de industrialização» e «Participação de países pequenos e em vias de industrialização nas actividades de documentação a nível internacional e no intercâmbio da informação».

A reunião da IFLA dividir-se-á nas seguintes secções, subsecções e comissões:

Administrative Libraries (subsec.), *Association of International Libraries*, *Bibliography* (com.), *Cataloguing* (com.), *Education* (com.), *Exchange* (com.), *Geography and Map Libraries* (subsec.), *International Association of Metropolitan City Libraries*, *Libraries in Hospitals* (subsec.), *Library Buildings* (com.), *Library Theory and Research* (com.), *Library Work with children* (subsec.), *Mechanization* (com.), *National and University Libraries* (sec.), *Official Publications* (com.), *Parliamentary and administrative Libraries* (sec.), *Periodicals* (com.), *Public Libraries* (sec.), *Rare and Precious Books* (com.), *Social Science Libraries* (subsec.), *Special Libraries* (sec.), *Statistics and Standards* (com.), *Union Catalogues and international Loans* (com.), *University Libraries* (subsec.).

Pelo que diz respeito à *catalogação*, o programa dividir-se-á em duas sessões. Na primeira, o IFLA Committee on Periodicals and Serial Publications discutirá, com o grupo que o elaborou, o projecto para *normalização da descrição bibliográfica das publicações seriadas* (International Standard Bibliographic Description for Serials); na segunda sessão discutir-se-ão os projectos apresentados pelo «*Working Group on the Organization of Headings for Voluminous Authors*», que se formou após a conferência da IFLA em Moscovo em 1970; far-se-ão ainda relatos de outras actividades como a da elaboração da *Lista das principais colectividades*, a cargo da Comissão de Catalogação da URSS.

Congresso Nacional de Arquivos e Bibliotecas (Espanha)

Realizou-se em Barcelona o IV Congresso Nacional de Arquivos e o V de Bibliotecas (22 a 29 de Abril de 1972) com o patrocínio da Dirección General de Archivos y Bibliotecas e da A.N.A.B.A. (Asociación Nacional de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos) e a colaboração da Diputación Provincial de Barcelona.

A inauguração do Congresso coincidiu com «el Día del Libro», iniciativa cultural de arreigadas tradições em Barcelona. Para assinalar a data decorreram inaugurações e ampliações

de centros culturais, nomeadamente de bibliotecas cuja rede se estende já por toda a província sob a orientação profissional do pessoal técnico formado na Escuela de Bibliotecarias de Barcelona.

Nesse grande encontro a nível nacional os bibliotecários e arquivistas tiveram oportunidade de expor os seus pontos de vista, problemas técnicos, planos de trabalho e desenvolvimento dos serviços de bibliotecas e arquivos no presente e no futuro. O facto de se estar a celebrar o Ano Internacional do Livro deu um relevo especial ao acontecimento. Assim, uma conceituada editorial de Barcelona (e primeiro centro de edição em Espanha) apresentou uma tese subordinada ao título: «*La producción editorial ante el mercado bibliotecario*» que, escutada com vivo interesse pela assistência, ocasionou animado debate.

Entre os temas que mereceram a maior atenção destacamos: «*Relaciones entre editores y bibliotecarios*», «*Información del bibliotecario al lector*», «*Evaluación de los fondos de las bibliotecas*»...

Resultados efectivos do encontro: 1) estreitamento de contactos entre editores e bibliotecários; 2) relevância do trabalho do bibliotecário em face do leitor; 3) avaliação dos fundos das bibliotecas segundo o tipo das mesmas a diferentes níveis (infantil, juvenil, técnico, de aprazimento...).

Outro facto a assinalar é o interesse que se manifesta em Espanha pelo livro — embora às vezes se presuma que os espanhóis não lêem bastante. As estatísticas revelam que *1º/º do rendimento per capita é gasto com livros*, mais, por conseguinte, do que nos EUA e menos do que na Inglaterra, Alemanha e Rússia.

No que respeita a arquivos, debateu-se a formação actualizada do arquivista, a questão das novas técnicas no respeitante à protecção e conservação de documentos, importância da recolha da documentação produzida por entidades estatais e privadas — fonte da história presente e futura e até aqui não tratada como material de arquivo — nomeadamente toda a documentação de natureza económica dispersa pelos locais mais inesperados.

Os títulos das teses confirmam as linhas de orientação expostas: «*Los archivos en la era de desarrollo*», «*Formación profesional del archivero*», «*Las nuevas técnicas archivísticas*», «*Los archivos de la arquitectura y del urbanismo*», «*La documentación económica*».

Curso «Os Jovens e a Leitura»

Este curso (Leicester, 2 a 15 de Julho de 1972), organizado pelo British Council e que constitui uma contribuição britânica para o Ano Internacional do Livro, comemorado em 1972, destina-se a bibliotecários, professores e outras entidades ligadas à interacção do lar, da escola, da biblioteca e dos modernos meios de comunicação de massa para influenciar a compreensão e imaginação dos jovens através da leitura.

O curso, que gravita em torno de quatro tópicos principais («Começando a Ler»; «O Livro e a Criança Subprivilegiada»; «Leitura para Adolescentes»; e «Obtenção de Informações através do Livro e de Outros Meios»), terá a colaboração de palestrantes ligados ao ensino, televisão e rádio, escritores, ilustradores, editores e coordenadores literários, sendo acompanhado de visitas a escolas e bibliotecas nos arredores de Leicester e que ilustrarão diferentes aspectos destes quatro tópicos principais.

Os participantes no curso passarão também três dias noutras partes do país, onde terão ensejo de se familiarizar com outros processos de promover a leitura e a alfabetização em comunidades de tipos diferentes.

Os interessados em participar no curso, que será acompanhado de debates e exposições bibliográficas, deverão indicar qual dos tópicos se reveste de maior relevo para eles, visto as suas opções poderem influenciar a selecção dos locais que deverão visitar durante os três dias reservados para esse fim.

Os candidatos deverão estar profissionalmente ligados a meios infantis e juvenis, às actividades bibliotecárias ou à literatura destinada a jovens.

Curso sobre tratamento da Informação Gráfica

Decorreu de 20 a 29 de Março, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, um curso de especialização sobre «Tratamento da Informação Gráfica», regido pelo dr. José Encarnação, professor da Universidade Técnica de Berlim.

As aulas compreenderam os seguintes temas: introdução ao tratamento de informação gráfica por computadores; fundamentos e técnicas básicas; vantagens e campos de aplicação; hierarquias de computadores; organização e exemplo de programas; estruturas de dados para informação gráfica; discussão de diversas estruturas; linguagens de programação gráfica; transformação de coordenadas e critérios de visibilidade.

NOTÍCIAS VÁRIAS

MINISTÉRIO DA MARINHA

* Decreto-Lei n.º 539/71, de 7 de Dezembro, cria a Biblioteca Central da Marinha e regula o seu funcionamento. (*Diário do Governo*, I Série, n.º 284 — 1971-12-4).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal da Biblioteca Popular de Lisboa referida a 31 de Dezembro de 1971.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 26 — 1972-2-1).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do Arquivo Distrital de Portalegre referida a 31 de Dezembro de 1971.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 26 — 1972-2-1).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, referida a 31 de Dezembro de 1971.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 40 — 1972-2-17).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, referida a 31 de Dezembro de 1971.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 40 — 1972-2-17).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal do Arquivo Distrital do Porto, referida a 31 de Dezembro de 1971.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 40 — 1972-2-17).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria, referida a 31 de Dezembro de 1971. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 46 — 1972-2-24).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi ditribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal do Arquivo Nacional do Torre do Tombo, referida a 31 de Dezembro de 1971. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 53 — 1972-3-3).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, faz-se público que foi distribuída, para consulta, a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca da Ajuda, referente a 31 de Dezembro de 1971. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 52 — 1972-3-3).

* Por despachos de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Administração Escolar de 25 de Janeiro último:

Autorizado o pagamento de remuneração ao pessoal incumbido do serviço dominical e nocturno de leitura e do serviço do empréstimo domiciliário na Biblioteca Popular de Lisboa, de harmonia com a seguinte tabela:

	Por hora
1 terceiro-oficial	17\$77
1 escriturário-dactilógrafo de 1. ^a classe	14\$44
1 escriturário-dactilógrafo de 2. ^a classe	12\$22
2 contínuos de 1. ^a classe-cada um	11\$66
2 contínuos de 2. ^a classe-cada um	11\$11
1 servente	10\$55

Autorizado o pagamento da remuneração ao pessoal incumbido do serviço de leitura complementar, diurna e nocturna, na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de harmonia com a seguinte tabela:

Pessoal do quadro	Por hora
Primeiro Bibliotecário	43\$30
Segundo Bibliotecário	39\$40
Escriturário-dactilógrafo de 1. ^a classe	14\$40
Contínuo de 1. ^a classe	11\$60
Contínuo de 2. ^a classe	11\$10

Pessoal assalariado.

Um oitavo do salário diário actualizado. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 56 — 1972-3-7).

* Por despacho de S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional de 29 de Fevereiro findo: Autorizado o pagamento das seguintes remunerações ao pessoal incumbido do serviço de leitura nocturna na Biblioteca Nacional de Lisboa:

Pessoal dos quadros	Por hora
Primeiros-bibliotecários.....	43\$30
Segundos-bibliotecários	39\$40
Terceiros-bibliotecários	36\$10
Segundos-oficiais	23\$30
Terceiros-oficiais	17\$70
Fiéis de 1. ^a classe	14\$40
Porteiro de 1. ^a classe	11\$60
Contínuos de 2. ^a classe	11\$10

Pessoal Contratado:

Segundos-bibliotecários	39\$40
Primeiros-oficiais	28\$80
Segundos-oficiais	23\$30
Terceiros-bibliotecários	36\$10
Terceiros-oficiais	17\$70
Auxiliares técnicos	17\$70
Escriturários dactilógrafos de 2. ^a classe	12\$20
Contínuos de 1. ^a classe	11\$60
Porteiros de 1. ^a classe	11\$60
Guardas de 1. ^a classe	11\$60
Auxiliares de secretaria.....	11\$10
Auxiliares de fiel	11\$10
Contínuos de 2. ^a classe	11\$10
Auxiliares de serviços Gerais	10\$50
Serventes	10\$50
Guardas de 2. ^a classe	11\$10
Telefonistas de 2. ^a classe	11\$60
Auxiliares de limpeza	6\$60

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 74 — 1972-3-28).

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Para conhecimento dos interessados, faz-se pública a lista definitiva e de classificação dos candidatos ao concurso para o provimento de um lugar de terceiro-bibliotecário-arquivista do Arquivo Histórico Ultramarino, aberto por aviso publicado no *Diário do Governo*, II Série, n.º 65, de 18 de Março do ano findo:

- 1.º Juvenália Pontes Coelho Borges
- 2.ª Melba Maria Oliveira Ferreira

SERVIÇOS DE COMÉRCIO DE MOÇAMBIQUE

Torna-se público que no concurso documental para o provimento de uma vaga de bibliotecário documentalista do quadro comum dos Serviços de Comércio de Moçambique foi classificado definitivamente Armando Soares Rodrigues, único candidato.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 16 — 1972-1-20).

BIBLIOTECA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

José Jorge de Pinho, engenheiro electrotécnico e presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz:

Faz público que, de harmonia com a deliberação tomada em reunião ordinária de 13 de Dezembro findo, se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia seguinte ao da publicação deste aviso no *Diário do Governo*, para provimento de um lugar de *segundo-bibliotecário* do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que corresponde o vencimento mensal de 7 100\$00, cargo criado por deliberação desta Câmara Municipal de 11 de Maio de 1970 e aprovado pelo conselho municipal em reunião de 27 de Junho do mesmo ano.

O provimento é feito por contrato, sucessivamente renovável, devendo os interessados apresentar na secretaria desta Câmara, dentro do citado prazo, requerimento, feito pelo próprio punho e com assinatura, inutilizando um selo fiscal de 50\$00, reconhecida por notário, contendo o nome completo, profissão, estado civil, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço do Arquivo de Identificação onde foi passado e ainda a declaração a que se refere o § 1.º do artigo 460.º do Código Administrativo, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 30/70, podendo ainda conter a especificação de quaisquer circunstâncias que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, de acordo com o § 2.º do mesmo artigo do citado Código.

A este concurso podem ser admitidos candidatos que, além dos requisitos legais, provem:

- a) Possuir o curso de bibliotecário-arquivista.
- b) Ter prestado três anos de bom e efectivo serviço nos quadros do Estado ou das autarquias locais ou em empresas concessionárias de serviços públicos.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 17 — 1972-1-21).

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

A Câmara Municipal de Setúbal faz público que se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, para provimento, por nomeação, de um lugar de bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, com o vencimento mensal ilíquido de 4 200\$00, criado por deliberação camarária de 16 de Junho do ano findo, sancionado pelo conselho municipal em 9 de Julho do mesmo ano.

A este concurso podem ser admitidos os indivíduos diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista.

Os concorrentes deverão apresentar na secretaria municipal, 1.ª secção, dentro do mencionado prazo, os seus requerimentos (...).

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 26 — 1972-2-1).

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

São avisados todos os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, o seu provimento no lugar de director (primeiro-conservador) do Arquivo Distrital do Funchal.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de quinze dias, os seus requerimentos (...).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 26 — 1972-2-1).

São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado decreto-lei, a sua transferência para os seguintes lugares:

Três lugares de segundo-bibliotecário da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Os requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo* (...).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 27 — 1972-2-2).

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Para os devidos efeitos se anuncia que se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato, inclusive, ao da publicação deste aviso no *Diário do Governo*, concurso para provimento de dois lugares de segundo-bibliotecário do quadro da Biblioteca Pública Municipal.

(*Diário do Governo*, III Série, n.º 29 — 1972-2-4).

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 36 015, de 6 de Dezembro de 1946, é aberto concurso para o provimento de três lugares de terceiro-bibliotecário contratado fora do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Podem concorrer as pessoas diplomadas com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecário-arquivista-documentalista.

Os candidatos devem apresentar na Biblioteca Nacional de Lisboa, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação deste aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos (...).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 36 — 1972-2-12).

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento, por transferência, no lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...).

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 44 — 1972-2-22).

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

A Câmara Municipal de Setúbal faz público que em reunião de 16 do corrente resolveu suspender a sua deliberação de 5 de Janeiro último, relativa à abertura do concurso para provimento de um lugar de bibliotecário do quadro do pessoal maior dos seus serviços especiais, ficando sem efeito o aviso datado de 20 daquele mês, publicado no *Diário do Governo*, 3.ª Série, n.º 26, de 1 do corrente. (*Diário do Governo*, III Série, n.º 50 — 1972-2-29).

São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, a sua transferência para um lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa. Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de 10 dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 56 — 1972-3-7).

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei, a sua promoção aos seguintes lugares:

3 lugares de 2.º bibliotecário da Universidade de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de 10 dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 56 — 1972-3-7).

Faz-se público que a partir da data da publicação deste aviso no *Diário do Governo* e pelo prazo de trinta dias se encontra aberto concurso documental entre indivíduos de ambos os sexos para o provimento de um lugar de *segundo-bibliotecário-arquivista* do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha, pertencente à lotação do Arquivo Geral da Marinha, a que corresponde o vencimento mensal líquido de 7 100\$00 (...). Os candidatos deverão apresentar na 4.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal um requerimento (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 57 — 1972-3-8).

São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer,

nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para um lugar de *SEGUNDO-CONSERVADOR* da Universidade de Coimbra.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 62 — 1972-3-14).

São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei n.º 46 350, a sua transferência para um lugar de *SEGUNDO-BIBLIOTECÁRIO* da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 62 — 1972-3-14).

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo n.º 15 do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para um lugar de terceiro-conservador do Arquivo Distrital de Viseu.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 62 — 1972-3-14).

São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70 de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para o lugar de director (segundo-bibliotecário) da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de 15 dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 63 — 1971-3-14).

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para dois lugares de terceiros-conservadores do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 63 — 1972-3-15).

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para um lugar de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 62 — 1972-3-16).

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Torna-se público que se encontra aberto concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no Diário do Governo, para provimento, por nomeação, do lugar de bibliotecário do quadro do serviço da biblioteca e museu (pessoal maior e vitalício) deste corpo administrativo, vago pelo falecimento do anterior serventuário, e a que corresponde o vencimento mensal ilíquido de 5 800\$00.

A este concurso poderão ser admitidos indivíduos que possuam o curso de bibliotecário-arquivista ou bibliotecário-arquivista-documentalista, que provem ter prestado, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço nos quadros do Estado ou das autarquias locais ou empresas concessionárias de serviços públicos e que satisfaçam os requisitos 1.º a 6.º e 8.º do artigo 460.º do diploma já citado, podendo ainda candidatar-se quem possua aquelas habilitações e não satisfaça a exigência do tempo de serviço desde que não concorra quem o demonstre possuir.

Os candidatos deverão apresentar na secretaria desta Câmara Municipal, no prazo estabelecido, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, III Série, n.º 76 — 1972-3-30).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Licenciada Alexandrina de Abreu Freitas Cruz, 3.ª conservadora do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) em serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 288 — 1971-12-10).

* Licenciada Rosa Maria Geraldês Montenegro, terceiro-conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 300 — 1971-12-27).

* Licenciada Maria Laura da Silva Pereira, terceiro-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa — promovida a segundo-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, para prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 303 — 1971-12-30).

* Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo*, 2.ª Série, n.º 300, de 27 de Dezembro de 1971, novamente se publica o seguinte:

Licenciada Rosa Maria Geraldês Montenegro — exonerada a seu pedido, de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, lugar de que não chegou a tomar posse (*Diário do Governo*, II Série, n.º 21 — 1972-1-26).

* Licenciada Alda Neto David dos Reis Neves Lima, primeiro-bibliotecário da Universidade de Lourenço Marques — exonerada a seu pedido, do referido cargo, por ter sido provida noutro lugar. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 23 — 1972-1-28).

* Licenciada Maria da Conceição Osório Dias Gonçalves — rescindido, a seu pedido, o contrato para terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei

n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), a fim de prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa, lugar de que não chegou a tomar posse.

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 44 — 1972-2-22).

* Licenciada Maria Antónia Borralho Graça — contratada para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) prestar serviço na Biblioteca Nacional de Lisboa (*Diário do Governo*, II Série, n.º 63 — 1972-3-15).

* Juvenália Pontes Coelho Borges, licenciada em Filosofia — nomeada terceiro-bibliotecário-arquivista do Arquivo Histórico Ultramarino, indo ocupar o lugar criado pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 275/70, de 18 de Junho, e ainda não provido. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 69 — 1972-3-22).

* Licenciada Maria Fernanda Antunes Ribeiro, terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), em serviço na Biblioteca Nacional — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 1 de Janeiro último. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 70 — 1972-3-23).

* Maria Teresa Falcão Antunes — nomeada, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto de 1962, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/71, de 27 de Setembro, para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista de 2.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 70 — 1972-3-23).